

FLORESTAN
FERNANDES

A integração
do negro na
sociedade de
classes

VOLUME I

*Ensaio de interpretação
sociológica*



BIBLIOTECA AZUL

CAPÍTULO I

O NEGRO NA EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE CLASSES

Introdução

A **desagregação do regime escravocrata** e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais,^[4] que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseverava Rui Barbosa dez anos depois,^[5] numa “ironia atroz”. Concretizara-se, de modo funesto, imprevisto e em escala coletiva, o vaticínio de Luís Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo: “falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...”.^[6]

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea, a 13 de maio de 1888. Como expediente para manter os escravos no trabalho, dissemina-se entre os senhores na década de 1880 e, de maneira exacerbada, a partir do momento em que as fugas em massa dos escravos se tornam incontroláveis. Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os

Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a “crise da lavoura”.^[7] A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse.

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do “antigo regime” em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça” dominante. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista.^[8] Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o “antigo regime”. Mesmo os abolicionistas mais íntegros e tenazes não puderam ser seus porta-vozes válidos. A cena histórica era insensível a reivindicações que não terminavam com “a liberdade da pessoa humana”, mas iam além dela, exigindo-a como mera condição preliminar. Ora, embora os excusos fossem socialmente incapazes de tomar consciência e de agir nessa direção, suas reivindicações caíam nessa categoria.

De outro lado, a estrutura e a dinâmica da economia brasileira não impunham às camadas dominantes outra orientação. Nas zonas onde a prosperidade econômica desaparecera, os senhores já se haviam desfeito do excesso de força de trabalho escravo, negociando-a com os fazendeiros do leste e do sul. Para eles, a Abolição era uma dádiva: livravam-se de obrigações onerosas ou incômodas, que os prendiam aos remanescentes da escravidão. Nas zonas onde a prosperidade era garantida pela exploração do café, existiam dois caminhos para corrigir a crise gerada pela transformação da organização do trabalho. Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos

libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semiocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Mas correspondiam aos interesses dos proprietários de terras e donos de fazendas, tanto quanto aos mecanismos normais da ordem econômica emergente. Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias – que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente – se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão de obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele

mesmo.

Aos efeitos negativos desses fatores histórico-sociais, que operaram de forma universal na sociedade brasileira, é preciso acrescentar outras influências adversas à rápida assimilação do negro à ordem social competitiva, peculiares à cena histórica paulistana. Atendo-nos ao essencial, três pontos precisam ser mencionados.

Em primeiro lugar, a expansão urbana de São Paulo não reproduziu o padrão típico das cidades brasileiras que floresceram em conexão com o progresso da civilização agrária. A inclusão de São Paulo na economia de exportação colonial ocorreu tardiamente (em comparação com outras cidades, como Recife, São Salvador ou Rio de Janeiro, por exemplo). Ela se dá, praticamente, quando o regime servil já entrara em crise, em virtude da cessação do tráfico e de leis que restringiam de vários modos a reposição do braço escravo. Importa salientar, acima de tudo, que só no último quartel do século XIX a cidade participa de fluxos de prosperidade econômica suscetíveis de diferenciar o rústico estilo de vida imperante. Por isso, até essa época permaneceu acanhada e pouco diferenciada a esfera de serviços e de trabalhos livres, a que estava propensa a sociedade escravocrata brasileira. Ao contrário do que sucedeu em cidades como Recife, São Salvador e Rio de Janeiro, o liberto encontrava escassas probabilidades de se entrosar compensadoramente a esse nicho, em que desabrochava a ordem social competitiva. É verdade que os dados sugerem que em 1872 existiam 5.761 pardos livres e 2.090 negros livres, para 950 pardos escravos e 2.878 negros escravos; e que, em 1886, para 593 escravos, tínhamos 6.450 pardos livres e 3.825 negros livres. Contudo, as mesmas fontes que fornecem esses dados indicam que as oportunidades de trabalho desfrutadas pelos libertos eram as mais modestas e menos compensadoras.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta uma coincidência que foi fatal para o êxito da competição dos libertos na área do trabalho livre. Em regra, nas cidades mencionadas foram os serviços associados ao artesanato urbano que deram ao liberto

condições de ascensão econômica e social. No período em que as famílias dos fazendeiros paulistas começam a fixar residência em São Paulo e em que se acentua a diferenciação do sistema econômico da cidade, o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharias etc.). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais.

Em terceiro lugar, São Paulo constituía, naquela época, uma das cidades paulistas e brasileiras menos propícia à absorção imediata do elemento recém-egresso da escravidão. Sobre o pano de fundo da concepção tradicionalista do mundo e da dominação patrimonialista (exercida por reduzido número de famílias “gradas” e “influentes”), São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente *burguês*. Não só prevalecia entre os homens uma mentalidade marcadamente *mercantil*, com seus corolários característicos – o afã do lucro e a ambição do poder pela riqueza. Pensava-se que o “trabalho livre”, a “iniciativa individual” e o “liberalismo econômico” eram os ingredientes do “progresso”, a chave que iria permitir superar o “atraso do país” e propiciar a conquista dos foros de “nação civilizada” pelo Brasil. Os móveis das ações, os comportamentos e a própria personalidade dos agentes econômicos se conformavam, de modo crescente e cada vez mais profundo, pelos padrões típicos do *empresário* e do *trabalhador livre* da civilização capitalista. Nesse clima, o *negro* encontrava boa acolhida: enquanto “escravo insubmisso”, que fugia da senzala e se

rebelava contra a escravidão (no período final de desagregação do regime servil); enquanto se abrigava, como “protegido”, “dependente” ou “cria da família”, sob o manto das relações paternalistas (entre as famílias tradicionais ou, em menor número, entre as famílias adventícias em ascensão). Fora e acima disso, surgia como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à “febre do café”. Mesmo quando conseguia se inserir no sistema citadino de ocupações, ele não se polarizava na *direção do futuro* e, assim, não “engrenava”. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc.; não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou permanente), apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anticapitalistas. No conjunto, portanto, as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou qualquer impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o *negro* (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-

se a uma existência ambígua e marginal.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações histórico-sociais – como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada –, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro.^[9] No presente capítulo, pretendemos descrever os aspectos centrais do tema. Primeiro, como a associação entre a urbanização e a europeização se refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Segundo, como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do “fazendeiro” e do “imigrante” e com a exclusão quase total do “negro” ou do “mulato” como agentes históricos socialmente significativos. Terceiro, como a urbanização interferiu no “destino humano” do negro e do mulato, agravando sobremaneira suas dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política.

1. Trabalho livre e europeização

A **expansão urbana**, induzida direta ou indiretamente pelo surto da lavoura cafeeira, converteu São Paulo numa cidade “estrangeira”. Os dados demográficos pertinentes ao começo do século XIX revelam que o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local.^[10] A situação demográfica se alterou de tal modo, no último quartel desse século, que o elemento negro e mulato entrava com 37% (censo de 1872) e 21,5% (censo de 1886) da população global da

cidade,^[11] enquanto os “estrangeiros” passam de 922 indivíduos (ou 3%), em 1854,^[12] para 12.085 indivíduos (ou 25%), em 1886.^[13] Nessa data, portanto, os imigrantes radicados na cidade excediam em 1.870 indivíduos (ou seja, em 3,9%) a parcela da população consignada no censo como “preta” e “parda”! Parece claro que se produziram três tendências fundamentais: 1ª – a expansão agrícola concorreu para o deslocamento de mão de obra escrava da capital para áreas prósperas do interior; 2ª – essa sucção foi compensada por um movimento inverso, resultante do afluxo de “negros” e “mulatos” libertos, em sua maioria vindos do interior em busca das oportunidades de trabalho livre,^[14] graças ao qual a população negra e mulata da cidade se manteve quase constante, em números brutos (11.540 indivíduos em 1836; 11.679 indivíduos, em 1872; 10.275 indivíduos, em 1886); 3ª – o acréscimo rápido da população branca se deveu, principalmente, à fixação, em proporções maciças, de imigrantes na cidade (tomando-se os dados dos censos de 1872 e de 1886, por exemplo, verifica-se que o aumento do contingente da população consignada como “branca” poderia ser atribuído na proporção de quase 31% ao crescimento dos estoques nativos e de 69% à contribuição das correntes imigratórias europeias).

Essa situação comportava um quadro demográfico próprio e acarretava consequências econômicas que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, esboça-se um contraste nítido na composição da população segundo a cor entre a capital e o estado de São Paulo. O censo de 1890 permite apreciar esse contraste, presumivelmente associado aos efeitos da competição e da especialização econômicas, na distribuição da população no espaço.^[15]

Embora não tenha permanecido e operado como um nicho favorável à retenção permanente e à reabsorção definitiva do negro e do mulato no sistema de trabalho livre, o campo se alterou com certa lentidão. Compreendendo quase 30% de negros e mulatos, o nosso vasto mundo rural diluía os contingentes “estrangeiros” (convertidos em 5,4% no cômputo geral) e não destoava muito do padrão tradicional de composição

racial da população brasileira. Os 10.842 “pretos” e “mestiços” da cidade de São Paulo, porém, esbatiam-se contra 14.303 estrangeiros (ou seja, 22% da população local). Não chegava a perfazer 17% de um aglomerado humano cuja organização se desprendia das matrizes rústicas da “civilização agrária brasileira”, evoluindo com flagrante rapidez para um estilo de vida individualista e competitivo, inexoravelmente adverso à assimilação (mesmo de maneira gradual e seletiva) dos negros e dos mulatos ao novo regime de relações de produção.

QUADRO 1

População do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo em 1890, segundo a cor

População	estado de São Paulo		Município de São Paulo (capital)	
	Dados Brutos	%	Dados Brutos	%
Branco	873.423	63,0%	53.204	81,9%
Pretos	119.526	12,9%	4.446	6,8%
Caboclos	114.199	8,1%	888	1,3%
Mestiços	217.605	15,7%	6.396	9,8%
Total	1.384.753	100,0%	64.934	100,0%

Esse é o segundo aspecto essencial daquela situação demográfica. A documentação histórica e estatística conhecida não lança muita luz sobre ele. Não obstante, graças principalmente ao recenseamento da capital feito em 1893,^[16] existem algumas indicações indiretas que revelam o caráter da forma histórica assumida aqui pela destituição do ex-agente do trabalho escravo. De acordo com os

dados globais, teríamos a seguinte distribuição da população segundo a cor em 1893:

QUADRO 2

População da cidade de São Paulo em 1893, segundo a cor

População	Segundo o sexo		Totais	
	Homens	Mulheres	Dados Brutos	%
Branco	63.071	52.655	115.726	88,4%
Caboclos	254	236	490	0,003%
Pardos	3.731	4.908	8.639	6,6%
Pretos	2.528	3.392	5.920	4,5%

Esses dados sugerem que as informações históricas sobre a concentração de negros e mulatos na cidade, logo após a Abolição, são provavelmente verdadeiras (o aumento em 1893 seria, em números brutos: de 4.284 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 3.717 indivíduos, em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população negra e mulata da capital em 1886, teríamos a seguinte progressão: 1886 = 100; 1890 = 106; 1893 = 142). Todavia, o incremento da população branca foi muito maior (em 1893 seria, em números brutos, de 79.392 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 62.522 indivíduos em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população branca da capital em 1886, teríamos a seguinte progressão: 1886 = 100; 1890 = 149; 1893 = 302), descendo em consequência a proporção relativa de negros e mulatos na população local para 11%. Doutra lado, os estratos da população branca sofreram alterações sensíveis, atingindo os “estrangeiros” predominância sobre os “nacionais”.^[17]

Estrangeiros	71.468 – 54,6%
Nacionais	59.307 – 45,4%
Total	130.775 – 100,0%

Em outras palavras, a cidade alcançava, em termos da organização do trabalho livre e da integração da ordem social competitiva, posição simétrica à que teve no começo do século XIX, em termos da organização do trabalho escravo e da integração da ordem social escravista. Só que o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante. Em função dos números arrolados, os “estrangeiros” entravam, ainda, com 62% do contingente da população descrita como branca e correspondiam quase a cinco vezes a população negra e mulata da cidade, composta de 14.559 indivíduos. Como os “nacionais” que se declararam “brancos” perfaziam 44.258 indivíduos, existiam até mais imigrantes italianos na cidade que brasileiros natos, como se depreende da seguinte relação.^[18]

Italianos	44.854
Portugueses	14.209
Espanhóis	4.727
Alemães	2.320
Franceses	1.107
Austríacos	948

Italianos	44.854
Portugueses	14.209
Espanhóis	4.727
Alemães	2.320
Franceses	1.107
Austríacos	948

As indicações fornecidas sobre a distribuição da população no espaço não são conclusivas. Ainda assim, parece que o padrão de distribuição étnica difusa comportava uma conexão ecológica significativa em dois pontos: onde havia maior concentração de “estrangeiros”, era mínima a presença de negros e mulatos; e, ao inverso, onde havia maior concentração de negros e mulatos, era mínima a presença de “estrangeiros”:

	Brancos	Caboclos	Pardos	Pretos	Estr./1.000
Norte e Sul da Sé	88,3	0,40	6,3	5,0	565
Santa Ifigênia	86,4	0,30	8,9	4,4	506
Consolação	89,2	0,70	5,2	4,9	566
Brás	93,1	0,30	3,3	3,3	625
Subúrbios ¹⁶	75,1	0,20	15,3	9,4	(20%)

[19]

É possível, pois, que a distribuição de negros e mulatos no espaço traduzisse certas desvantagens marcantes na competição ecológica deles com os “estrangeiros” e que a localização predominante na periferia representasse um estratagema na luta pela sobrevivência em condições tradicionais (associação da economia de subsistência com oportunidades de engajamento em fainas rurais ou semirurais). No que concerne à estrutura ocupacional da cidade, parece claro que a competição econômica com o “estrangeiro” engendrou, prematuramente, um processo bem definido de pura sucessão ecológica. O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Aliás, a esse respeito é preciso ter em mente que o “estrangeiro” competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os “brancos” das camadas dominantes e que os vários grupos nacionais em presença disputavam sem reboços toda e qualquer oportunidade econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros que fossem os “sacrifícios” requeridos. O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fossem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico e social. Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades

residuais com os componentes marginais de sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo”.

O censo da capital, de 1893, esclarece vários ângulos desse complexo processo histórico-social, que pode ser apenas pressentido em suas linhas gerais por meio das informações reiteradas dos almanaques e dos testemunhos oculares. Na zona vital para a preservação do poder nas mãos das antigas famílias gradas e dos moradores influentes, as transformações da estrutura ocupacional são diminutas ou irrelevantes. Nas esferas dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *the right man in the right place*. O “estrangeiro” aparecia, aí, como *a grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em “ato puramente econômico”. Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois se entendia que ele era o *agente natural* do trabalho livre.

O complexo quadro das ocupações, elaborado por Toledo Piza,[20] desvenda e situa todas essas gradações. Sobre 170 capitalistas, 137 eram nacionais (80,5%) e 33 estrangeiros (19,4%); sobre 740 proprietários, 509 eram nacionais (69%) e 231 estrangeiros (31%). Em certas profissões conspícuas, como na magistratura e na advocacia, o estrangeiro só aparece esporadicamente; mas em outras, que dinamizavam o “progresso econômico”, ele é frequente e às vezes dominante (por exemplo: 127 engenheiros nacionais para 105 estrangeiros; 23 arquitetos nacionais para 34 estrangeiros; 10 agrimensores nacionais para 11 estrangeiros; ou 274 professores nacionais para 129 estrangeiros etc.). Entre o “pessoal das indústrias”, por fim, reponta o imigrante como o fator humano por excelência do trabalho livre e assalariado. Excetuando-se as ocupações agrícolas, nas quais, sobre 2.456 trabalhadores, 1.673 eram nacionais (68%) e 783 estrangeiros (32%), no restante estes exerciam nítido

predomínio. Nos serviços domésticos, em menor escala – sobre 14.104 trabalhadores, 5.878 eram nacionais (41,6%) e 8.226 eram estrangeiros (58,3%); mas de forma decidida e quase monopolista nos outros ramos de atividades, verdadeiramente ligadas à dinâmica do novo mundo econômico, em nascimento: a. nas atividades manufatureiras, 3.667 trabalhadores, dos quais 774 nacionais (21%) e 2.893 estrangeiros (79%); b. nas atividades artísticas,[21] – 10.241 trabalhadores, dos quais 1.481 nacionais (14,4%) e 8.760 estrangeiros (85,5%); c. nas atividades de transporte e conexas, 10.525 trabalhadores, dos quais 1.998 nacionais (18,9%) e 8.527 estrangeiros (81%); d. nas atividades comerciais –, 9.456 trabalhadores, dos quais 2.680 nacionais (28,3%) e 6.776 estrangeiros (71,6%). Em relação ao total considerado,[22] 71,2% dos trabalhadores da cidade de São Paulo eram estrangeiros. Quanto aos setores que operavam como fulcros da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%. Embora não se disponha de dados diretos, essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo foi expelido, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. O imigrante aparece como o lídimo agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo em que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes.

Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”.

Na análise retrospectiva dessa situação, é patente a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato, como indivíduos ou coletivamente, no período final de desagregação da sociedade de castas e no período inicial da formação da sociedade de classes. A revolta diante da degradação e da suprema humilhação decorrentes da escravidão inspirou avaliações e aspirações sociais que lhes foram funestas. Os depoimentos a respeito são desconcertados, pois o estado de espírito então predominante não favorecia nenhuma espécie de isenção. Entre os brancos, os que apoiavam a perpetuação indefinida do escravismo encaravam com rancor as ocorrências que envolvessem os antigos agentes do trabalho escravo. Doutra lado, os brancos hostis à escravidão e, principalmente, os que tomaram parte ativa nas campanhas abolicionistas, tinham fortes razões para verberar o desinteresse dos poderes públicos, a desumanidade dos poderosos e a indiferença geral perante a miséria material e os dramas morais dos libertos. Por fim, seria demais pedir isenção de ânimo a estes próprios, após a última espoliação que sofreram, os infortúnios que enfrentaram nas peregrinações pelo campo, pelas cidades ou para o litoral e o desalento que desabou sobre todos ao descobrirem que a mudança de estado social não acarretava “a redenção da raça negra”. As preferências pelo imigrante, em particular a proteção oficial dispensada às iniciativas relacionadas com o fomento das correntes imigratórias e a assistência aos trabalhadores brancos transplantados[23] suscitaram um travo de fel, que enchia de amargura e de ressentimento as suas opiniões sobre a cena histórica. Contudo, é possível expurgar os documentos, corrigindo-se (ou pelo menos compreendendo-se) as influências perturbadoras ou deformadoras. Feito isto, entende-se que a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato procedia de uma situação humana altamente complexa e, sobretudo, que as circunstâncias exteriores converteram essa mesma irracionalidade em fator dinâmico de ajustamento.

No fundo de toda essa questão, está a natureza das reações dos negros e dos mulatos ao trabalho livre. Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos

puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “vida nova na pátria nova”, calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem social que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extraeconômicos. Acresce que as avaliações de tais direitos e obrigações se pautavam por critérios propriamente pré-capitalistas. O imigrante repelia as condições de vida que não fossem “decentes”, sujeitando os padrões deformados pelo regime servil a se enquadrar nas bases morais do regime do trabalho livre; mas cumpria à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo aguilhão de converter sua força de trabalho em fonte de poupança. O negro e o mulato pretendiam as mesmas condições de vida e tratamento concedidas aos imigrantes, porém se obstinavam em repudiar certas tarefas ou, o que era mais grave, o modo de dispor de seu tempo e energias. Assim, a escravidão atingia o seu antigo agente de trabalho no próprio âmago de sua capacidade de se ajustar à ordem social associada ao trabalho livre. Tornava-se difícil ou impossível, para o negro e o mulato, dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana. Ao contrário do imigrante, que percebia com clareza que somente vendia sua força de trabalho, em dadas condições de prestação de serviços, eles se ajustavam à relação contratual como se estivessem em jogo direitos substantivos sobre a própria pessoa. Ou seja, como acaso se vendessem, em parte ou totalmente, ao aceitar e

ao praticar as estipulações do contrato. Para manter a pessoa intangível, procuravam cumprir as obrigações contratuais segundo um arbítrio que, formalmente, prejudicava os interesses do contratante, por causa das incertezas e imprevistos que se introduziam na relação patrão-assalariado. A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica, essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre. O importante, do ponto de vista sociológico, consiste em que não se veja em cada aspecto “negativo” um produto direto da herança cultural da escravidão. É certo que esta era limitativa, predispondo o antigo agente do trabalho escravo a se conduzir segundo inspirações pré-capitalistas. Mas, além e acima disso, contam outros fatores, que desafiavam o negro e o mulato a enfrentar o mercado de trabalho como se nele ainda imperasse o “tráfico negreiro”. A rapidez com que a ordem social competitiva se expandiu e consolidou na cidade de São Paulo complicou deveras as coisas, suprimindo pela raiz as possibilidades de uma transição gradual, que lhes facilitasse a aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida.

Esse quadro de referência permite compreender e explicar tanto o “porquê” quanto o “sentido” da irracionalidade do comportamento dos libertos. Doutra lado, esse oferece um desmentido cabal às interpretações malévolas, que passaram a ser ventiladas com insistência, de que os “ex-escravos fugiam do trabalho”. Eles tentavam participar dos fluxos da vida econômica da cidade; apenas fizeram-no à sua maneira – porque não podiam proceder de outro modo – e se viram repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre com demasiada latitude ou

ingenuidade num ambiente em que tais pretensões se chocavam com generalizada falta de tolerância, de simpatia militante e de solidariedade. Aliás, mesmo no campo o liberto tentou manter sua posição no sistema ocupacional e competir como assalariado. Escrevendo na fase por assim dizer aguda da desorganização das lavouras pela fuga em massa dos escravos, Paula Souza dá um testemunho incisivo:

Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem.

À exceção de três, que foram procurar suas irmãs em São Paulo, e de dois, um dos quais ingênuo – que foram ter com o pai, libertado por mim há 10 anos, todos ficaram comigo, e são os que me rodeiam, e junto aos quais sinto-me feliz e contente, como acima te disse.

Agora as informações, que devem aproveitar aos agricultores do norte, que dentro em breve se verão defronte dessa necessidade social – a emancipação completa e incondicional dos escravos.

Dize aos teus comprovincianos que não se iludam com meia liberdade, na esperança de não desorganizar serviços encaminhados. Com a liberdade condicional nada obterão dos escravos. Estes querem-se sentir livres e só querem trabalhar sob um regime novo, e com plena responsabilidade.

A libertação condicional mesmo com prazo limitadíssimo não produz efeito algum naquelas almas ulceradas por tão longo cativeiro. Suspeitam e com razão, a respeito de alguns, que uma tal liberdade é apenas um logro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham, mas com indolência e má vontade: funciona o corpo, mas não o espírito.

Livres de todo, dão algumas cabeçadas, mas afinal fixam-se aqui ou ali. Que importa isso? Que importa que meus ex-cativos procurem outro patrão, contanto que trabalhem e que outros venham substituí-los!

Nós aqui em São Paulo temos experiência completa no assunto e conhecimento perfeito de todos os tipos de libertação. Há um único razoável e proveitoso – é a liberdade completa, imediata e incondicional. Os próprios libertos devem tomar a responsabilidade do erro da retirada da casa, de que foram cativos. Está claro que senhores há que perderam todos os

trabalhadores e o motivo único será porque não merecem tê-los. Mas a grande maioria ficará colocada dentro de um mês.

Tenho em minha família exemplos completos. Meu irmão libertou todos os que possuía. Alguns destes saíram e foram procurar serviço longe. Oito dias depois me procuraram, ou a meu próprio irmão e acomodaram-se conosco, trazendo impressões desfavoráveis da vida de vagabundo que levaram durante esses oito dias.

Para não enfastiar-te mais com tal assunto, resumo dizendo-te que durante o mês de fevereiro passamos na província horas de amargura e de terror, vendo a mais completa desorganização do trabalho que se pode imaginar.

Todo o corpo de trabalhadores desertou das fazendas que ficaram quase todas abandonadas. Não exagero dizendo que sobre 100; 80 ficaram desertas, procurando os negros as cidades, ou aliciadores malévolos. Que será de todos nós? Pensávamos tristemente.

Pouco a pouco eles cansaram-se da vadiação, e a seu turno os aliciadores cansaram-se de sustentá-los sem proveito, e hoje, março, já estão todos mais ou menos arrumados. Compreendes que quando digo – todos – excetuo alguns proprietários de má reputação. Estes, com efeito, serão eliminados e substituídos pela força das circunstâncias, e nem falta farão à lavoura.

É possível que na colheita atual haja alguma perda de frutos; ela, porém, é tão grande que esta falta não será apreciável e será largamente compensada pelos benéficos efeitos da liberdade. Outra coisa deves dizer também aos teus comprovincianos: é que eles laboram em grande erro supondo sofrer grandes prejuízos com a perda da propriedade escrava.

Deves lembrar-te que o meu grande argumento de escravista era – que o corpo escravo era o único com que podíamos contar para o trabalho constante e indispensável do agricultor, e que se este pudesse contar sempre com trabalhadores livres, de boa vontade sacrificaria os escravos.

Quem argumentava assim podia ser considerado um pessimista mas não um emperrado.

Pois bem: os teus patrícios que percam este reccio. Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente, temos os próprios escravos, que não se derretem e nem desaparecem e que precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, coisa que eles compreendem em breve prazo.

Depois temos um corpo enorme de trabalhadores, com que não contávamos. Não aludo ao imigrante que felizmente hoje nos procura com abundância, aludo ao brasileiro, preguiçoso

ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural ao qual fazia a corte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Este brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aqueles recursos anteriores. É o que estamos vendo.

Quanto a mim, tenho recolhido muitos, receoso de que no regime atual não esteja suficientemente suprido de trabalhadores. [...]

Como te disse, tenho com os meus ex-escravos o mesmo contrato que tinha com os colonos. Nada lhes dou: tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite! Compreendes que só faço isto para moralizar o trabalho, e para que eles compreendam que só podem contar consigo, e jamais por ganância, porquanto só uma visita do médico, que sou eu quem paga, custa-me muito mais que todas as couves que tenho, e que todo o leite de minhas vacas.

Pois bem: esse vintém de couve e de leite, o gado, que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador.

Tudo isto passava despercebido no regime da escravidão!" [...][24]

Esse informe é amplamente confirmado por notícias de jornais, que corroboram as indicações de Paula Souza: mesmo na vigência do regime servil, o ex-escravo, liberto de direito ou apenas de fato, aprendia que precisava contar com a própria força de trabalho para a sua subsistência e a da família. Tentava obter emprego com o antigo senhor ou em outra fazenda. A deserção das fazendas se dava quando os antigos senhores não compreendiam sua condição de libertos, tratando-os como se ainda fossem escravos. Em suma, como salientava um editorial de *A Província de São Paulo*: “Mesmo quando abandonam as fazendas, os escravos não abandonam a lavoura – mudam de uma para outra”. [25]

Aliás, resumindo as observações pertinentes a esse processo, escreve Evaristo de Moraes: “O escravo, em regra, não ia para longe [...] Retirava-se, às vezes, somente, da fazenda em que sofrera coação e os rigores do cativo; fugia, apenas, à senzala, que tão dolorosas recordações lhe trazia. Dirigia-se a outra fazenda próxima e procurava contratar seus serviços” . [26] Em seguida à Abolição, a mesma coisa continuou a

contratar seus serviços” . [26] Em seguida à Abolição, a mesma coisa continuou a ocorrer, apenas com maior mobilidade da mão de obra negra e mulata. Informações colhidas diretamente entre representantes da antiga camada senhorial ou dos escravos revelaram: 1o – que em algumas regiões em decadência econômica ou com falta de braços, a transição se operou quase sem comoções, os antigos escravos se conservaram trabalhando nas fazendas, como assalariados, com exceção de alguns (em geral artesãos), que se deslocavam para cidades próximas, às vezes com a proteção econômica dos antigos senhores; 2o – onde havia mão de obra agrícola abundante, especialmente estrangeira, os libertos que abandonaram as fazendas raramente foram readmitidos, tendo pelo menos um informante afirmado, categoricamente, que os fazendeiros os “mandaram embora [...] pondo logo no lugar o colono italiano”; 3o – o comportamento dos antigos escravos e libertos foi encarado pelos fazendeiros como uma manifestação intolerável da “ingratidão do negro”, levando-os a agir com sede de represália ou a guardar ressentimentos inesquecíveis. [27]

Estabelecer esses pontos é de grande importância. Aí está a única pista indireta, de que dispomos, que demonstra o empenho do ex-agente do trabalho escravo em não ser posto à margem da vida econômica ativa. Ela evidencia quanto ele lutou, tenazmente, para se manter até nas ocupações que foram mais degradadas pela escravidão. No entanto, sem êxito apreciável, seja em virtude de suas deficiências intrínsecas ou extrínsecas como “assalariado”, seja porque, em condições de concorrência, os empregadores preferiam (onde e como isso se tomasse possível) contratar os trabalhadores europeus. Couty observara que os fazendeiros tinham maior estima e confiança na capacidade de trabalho dos colonos portugueses, alemães e italianos, [28] concluindo que, “nessas condições novas, o negro escravizado não pode lutar com o trabalhador livre: toda a produção para a qual se estabelecer a concorrência ficará, necessariamente, nas mãos do segundo”. [29] Com a universalização do regime de trabalho livre, a persistência daquelas noções e a abundância relativa crescente da

mão de obra mais valorizada fizeram com que o colono, como “trabalhador livre”, eliminasse o negro ou o mulato mesmo nas ocupações para as quais eles se achavam adestrados e gozavam de alguma reputação favorável. Desse ângulo, o problema deixava de ser algo que afetasse a situação dos libertos para surgir como um dilema econômico nacional. Atrás da relação entre o “imigrante” e o “escravo” (ou, mais tarde, o “liberto”) estava a própria questão do destino que se pretendia dar à ordem social competitiva e à sociedade de classes no Brasil. Couty percebeu com argúcia esse fato. “Possuir imigrantes e não convertê-los em cidadãos, eis o problema insolúvel para o qual o governo continua a procurar a solução”. [30] Enquanto o fazendeiro contratante era cidadão e eleitor, o colono contratado não possuía nenhum direito ou regalias políticas. A equiparação de ambos, para os efeitos jurídicos, da relação contratual, surgia como o verdadeiro problema de cuja solução iria depender a criação de condições para transformar as fazendas e adaptá-las ao regime de trabalho livre. [31]

Todo o processo se orientava, pois, não no sentido de converter, efetivamente, o “escravo” (ou o “liberto”) em “trabalhador livre”, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do “negro” pelo “branco”. A clareza com que esses fins foram colimados socialmente, em São Paulo, encontra abundante fundamentação. Sabia-se que a coexistência do trabalho servil com o trabalho livre desorganizava a produção agrícola, fomentando a rebeldia do “escravo” e a insatisfação do “colono” [32] e procurava-se dilatar o mais possível a fase de transição, com o fito de ganhar tempo suficiente para se promover a renovação do mercado de mão de obra. [33] Contudo, ninguém tinha ilusões: tratava-se de tirar o proveito possível da escravidão exangue e de importar com a maior rapidez grandes massas de colonos para a lavoura, reorganizando-a para absorvê-los. Eis como *O Correio Paulistano* se pronuncia sobre a significação econômica do “escravo” e do “imigrante”: (1) “Se o escravo, como instrumento de trabalho, é imprestável, trate o proprietário de substituí-lo por outro mais profícuo ou, pelo menos, utilize-se dele segundo as atuais condições de trabalho”;

[34] (2) “Não há fugir ao império irresistível dos fatos sociais: a exploração das grandes fontes de nossa riqueza é já o apanágio do homem livre, não do homem escravo. E ao passo que a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos não só na indústria até hoje explorada, a indústria agrícola, senão também na indústria manufatureira e fabril, e em todas as manifestações da atividade social”. [35] Doutro lado, essa era a *política econômica* defendida pelos grandes proprietários, que exerciam influência ou tinham assento no Governo. A célebre fórmula de Antônio Prado – “trabalho livre na pátria livre” [36] – não só pressupunha que o *trabalho livre* expulsaria o *trabalho escravo*, mas, ainda, que no regime da livre iniciativa o “branco” iria, fatalmente, substituir o “negro” como agente do trabalho. “Imigração em larga escala, na mais larga escala passível”, [37] eis o fundamento de seu programa como ministro da agricultura. Aceitava tais efeitos friamente, como decorrência das “leis econômicas”:

Braços para o trabalho? Mas não conheço outro meio para ocorrer a esta exigência senão aquele que o governo se tem esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo por que pretende dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, despender capitais. Pretenderá, acaso, a honrada oposição que o governo deva propor ao poder legislativo meios coercivos que tenham a virtude de forçar os libertos ao trabalho? Quais poderiam ser estes meios? Não será, porventura, a liberdade a garantia mais eficaz para que a lei econômica da oferta e da procura regule convenientemente as condições do trabalho? [...] O imigrante não pode presentemente achar no Brasil colocação mais fácil, nem mais pronta, do que no serviço da lavoura particular, isto é incontestável e deve ser dito para honra da agricultura nacional. É matéria de fato e ninguém contestará que este destino da imigração é tanto mais útil quanto é sabido que a lei de 13 de maio determinou, nem podia deixar de determinar, temporária incerteza no trabalho dos libertos nos estabelecimentos agrícolas. [38]

Se os resultados dessa discussão forem aceitos como válidos, nem o “grande proprietário” nem o “imigrante” foram pessoal e conscientemente responsáveis pela eliminação gradual do negro da ordem social competitiva em formação. Dunshee de Abranches, por exemplo, aponta a primeira conexão, referindo-se a um acordo premeditado entre os “lavadores abastados a fim de expulsarem os cativos das fazendas substituindo-os por brancos importados da Baixa-Itália, assolada pela miséria e pela falta de trabalho”.[39] Por outro lado, tem-se aventado a hipótese de que o “imigrante”, pura e simplesmente, preencheu o vácuo deixado pelo abandono das fazendas por parte dos escravos ou dos libertos.[40] Ora, nem uma nem outra coisa são verdadeiras. As tendências de reintegração da ordem social e econômica expeliram, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo. O grande proprietário deu preferência ao imigrante onde a prosperidade econômica e a abundância relativa de mão de obra estrangeira foram acentuadas; nas regiões em que isso não sucedeu (ou ocorria em menor escala), teve de apelar para os libertos ou para a chamada *mão de obra nacional*. [41] Isso deu origem a movimentos migratórios de trabalhadores agrícolas negros, mulatos e caboclos, que se deslocavam das áreas em que sofriam intensa concorrência do “imigrante branco” para “as zonas de lavouras depauperadas do Vale do Paraíba”. [42] Em resumo, nem o “imigrante” substituiu o “negro” pelo mero efeito da sucessão de presenças físicas; nem o “negro” largou, sem mais esta nem aquela, suas posições na organização da economia e da sociedade brasileira. [43] É certo que as fugas em massa, no decorrer das lutas abolicionistas, e o deslumbramento da liberdade com a Abolição do cativo incentivaram deslocamentos maciços de escravos e libertos. Todavia, em todos os episódios desse tipo logo se fazia sentir o influxo de reguladores econômicos, que compeliavam o “negro” a desenvolver ajustamentos que o reintegravam, como “pequeno empreendedor”, “artesão”, “assalariado”, “dependente” ou “produtor autossuficiente”, ao sistema de produção agrícola. A substituição ocorria, de fato, em proporções e segundo

intensidade que variavam em relação inversa com o grau de diferenciação, o estado de integração e o ritmo de expansão do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva correspondente nas várias regiões agrícolas do estado de São Paulo. Acontece que as regiões de maior prosperidade econômica eram também, por causa das razões assinaladas, aquelas onde havia maior concentração de imigrantes e maior mobilidade centrífuga da mão de obra negra. [44] Daí a aparência do fenômeno, que não nos deve enganar.

O essencial, quanto aos resultados dessa parte da análise, é que ela permite considerar a posição do negro e do mulato na emergência do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva em termos da organização da produção agrícola, vale dizer, através de elementos e de fatores que configuravam a estrutura e a dinâmica do mundo rural paulista na época do desencadeamento da nossa *revolução burguesa*. Ora, eles nos revelam, de uma perspectiva mais ampla, qual é a natureza e o sentido do processo de destituição do escravo e do liberto no conjunto da organização econômica, social e política da província ou do estado de São Paulo. [45] As evidências históricas selecionadas parecem demonstrar com clareza que aquela revolução se propunha, aberta e resolutamente, à transformação das condições de organização do trabalho. Tanto a ideologia abolicionista, quanto o “não quero” dos escravos foram contidos ou manipulados estrategicamente em função dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos dos grandes proprietários que possuíam fazendas nas regiões prósperas e concentravam em suas mãos as complicadas ramificações mercantis, bancárias e especulativas da exportação do café. Por irônico que pareça, foram esses círculos dominantes das camadas conservadoras que deram impulso e orientações finais às agitações antiescravistas, imprimindo-lhes uma direção política totalmente avessa aos intuitos humanitários dos abolicionistas e frontalmente contrária ao ardor redencionista dos escravos ou dos libertos. A universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino que cumpria dar

à sua força de trabalho, passando a ter suas balizas na situação de interesses das áreas em expansão demográfica, econômica e urbana da sociedade brasileira. Os movimentos abolicionistas e as rebeliões nas senzalas deram um pano de fundo e uma cobertura moral extremamente vantajosos aos círculos sociais que encontraram condições para canalizar e capitalizar politicamente as insatisfações contra o “antigo regime”. Mas, o que se fez de um golpe e depois se consolidou por meio de sucessivas medidas jurídicas, administrativas e políticas foi romper as barreiras que detinham o afluxo da mão de obra estrangeira, reprimiam o desenvolvimento do trabalho livre e paralisavam os surtos progressistas da livre-iniciativa.

Na verdade, para se converter numa revolução social, o processo teria de se polarizar em torno de tais objetivos. Nem existiam condições para ir além, na sociedade brasileira do último quartel do século XIX. Todavia, cumpre apontar os diferentes aspectos dessa peculiar revolução social – que eclodiu em pequenos núcleos de intelectuais inconformistas dos centros urbanos, alastrou-se como fogo em palheiro nas populações das cidades, converteu-se em rebelião autêntica nos levantes das senzalas e produziu seus frutos pelas mãos daqueles contra os quais ela se voltara no começo – para se entender por que o “negro” acabou entregue à sua própria sina, se não esquecido pelo menos à margem das preocupações centrais dos grupos sociais que construía a história.

Esses grupos não precisavam lutar nem pela liberdade, nem pela segurança, nem pela dignidade da pessoa, pois tudo isso possuíam na escala desproporcional dos privilegiados em uma sociedade estamental e de castas. O que desafiava a imaginação criadora, a audácia e a capacidade de atuação social construtiva de seus membros eram os dilemas de uma ordem econômica, jurídica e social que deixara de corresponder às possibilidades reais de “progresso” econômico, social e cultural do país. Nos limites em que tais possibilidades estavam emaranhadas com seus interesses mais profundos e com suas aspirações mais ardentes, eles podiam perceber, identificar-se e utilizar

impulsões revolucionárias lídimas de outros grupos sociais, filtrando-as e domesticando-as, porém, em função de sua própria “situação de classe”. Ora, o problema número um das camadas dominantes, nas zonas de intensa produção e exportação de café se relacionava com o suprimento e a renovação de mão de obra. Já ninguém pensava, na última década do século XIX, que se poderia resolver esse problema nos quadros da escravidão. A resistência escravista se apegava a motivos estritamente egoísticos, pois viam-se no escravo uma inversão de capital e um instrumento de trabalho que deveria ser espremido até o bagaço. Mesmo alguém tão empenhado em traçar normas “racionalistas” sobre o modo de usar e de tratar o escravo, como o barão de Paty de Alferes, escrevia em 1860, da escravatura: “É este o cancro roedor do Império do Brasil, e que só o tempo poderá curar. A abundância de braços cativos esquiva o trabalhador assalariado do cultivo de nossos campos”, reiterando, a seguir, que a inexistência de trabalhadores assalariados criava “a necessidade de continuar-se com esse cancro, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dele se pode tirar”.^[46] Os proprietários agrícolas, principalmente os grandes proprietários das regiões prósperas, sabiam muito bem que a coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre encarecia este último: a escassez de trabalhadores assalariados os convertia em luxo dispendioso,^[47] além de tornar custosa ou incerta sua substituição, se eles resolvessem largar as ocupações ou trocar de patrão.^[48] Também descobriram a maior produtividade do trabalho livre, mas para aproveitá-la impunham-se inovações na organização das fazendas que eram incompatíveis com o regime servil;^[49] em particular, a larga experiência reunida desde os primeiros conflitos com os imigrantes ensinou que a organização e o desenvolvimento do trabalho livre eram incompatíveis com a persistência dos padrões de dominação praticados nas relações do senhor com o escravo. Sintetizando essa experiência, afirmava Rafael de Barros, escrevendo sobre “o trabalho livre nas fazendas”, que era necessário “dar ao colono a maior soma de liberdade possível, para que cada um esteja em sua casa, como se fosse propriedade

sua. Quem quiser conservá-lo com certa sujeição que o aproxime do escravo ou simplesmente com rigor militar estará continuamente em luta com o próprio colono, ou com seus compatriotas, quando não seja com o respectivo cônsul”.[50] Por fim, esgotadas as reservas internas da mão de obra escrava, já não viam como atender às necessidades da lavoura sem recorrer, em massa, ao trabalhador assalariado estrangeiro: “Efetivamente não se trata mais de emancipação geral do elemento servil, pois se ela não está feita pelas leis, o está pelos fatos, pela tendência das províncias principais e pelos costumes. Não é possível mais sustentar um trabalho agrícola, que exige já 2.000.000 de trabalhadores, e outros 2.000.000 para seu desenvolvimento imediato, com 300.000 braços escravos e 400.000 ingênuos, que de 1890 em diante ninguém poderá reter nas fazendas”.[51] Os fazendeiros paulistas tiveram a habilidade de converter uma transformação violenta e profunda, suscetível de se tornar uma “catástrofe econômica”, numa *política* oficial empenhada em solucionar a questão da mão de obra agrícola de acordo com os interesses e as conveniências da *grande lavoura do café* – a transplantação maciça de trabalhadores europeus.[52] “O mundo moderno assistiu a poucos espetáculos semelhantes ao desse governo”, escreve Pierre Denis, “encarregando-se de importar operários agrícolas em massa”.[53] O processo, no conjunto, foi realmente revolucionário: consagrou a Abolição do cativo e a instituição universal da ordem contratual na sociedade brasileira. Contudo, deixou-se ao curso natural das relações humanas a determinação do que isso poderia significar, em situações concretas, como democratização efetiva dos direitos e deveres fundamentais dos indivíduos, garantidos juridicamente.[54] Se isso foi prejudicial aos trabalhadores brancos, estrangeiros ou nacionais, e se corrompeu pela base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual (a eficácia do contrato continuou a depender amplamente, na prática, do *status* e do poder relativo das partes), para o “negro” as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura

cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre.[55] Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social.

2. O negro e a revolução burguesa

O **ponto fundamental** dessa sumaríssima descrição está na explicação de caráter geral que ela comporta. O esboroamento final da sociedade de castas e o processo de elaboração da ordem social competitiva se ligam, complexamente, às condições de desenvolvimento da empresa agrária – “a grande fazenda de café” – nas zonas em crescimento econômico, demográfico e social acelerado. Por isso, ao mesmo tempo que a dinamização final da crise do antigo regime veio do campo, dele também partiu a contenção ativa das tendências de reintegração da ordem social, desencadeadas ou inerentes a essa mesma crise. É preciso se ter presente que aquela empresa agrária não se fechava sobre si mesma. Ela surge e se organiza numa época em que já se podiam comercializar internamente várias fases e proventos do processo de exportação,[56] quase monopolizado em todo o seu conjunto, no passado, pelos agentes da importação de produtos tropicais brasileiros. Por isso, ela se projetava diretamente na revitalização dos núcleos urbanos com funções econômicas específicas no referido processo, impelindo os fazendeiros a diferenciar seus papéis econômicos e a intervir organizadamente nos diversos desdobramentos financeiros, comerciais e políticos dos *negócios do café*. Em consequência, as cidades em questão se convertem nas fronteiras econômicas da grande empresa agrária e nos verdadeiros bastiões da luta pelos seus interesses mais profundos. Não é a sua acanhada e vacilante “burguesia” que oferece a base econômica e o fulcro jurídico-político da formação incipiente da ordem social

competitiva. Mas o círculo dos *grandes homens de negócios* da época, os quais detinham em suas mãos as engrenagens da vida econômica e política: os fazendeiros prósperos e os agentes da comercialização do processo de exportação do café, com a vasta rede de associados e dependentes que ambos possuíam na estrutura ocupacional, econômica e de poder das comunidades urbanas (ou em urbanização). O protótipo do autêntico “grande empresário rural” nos é dado pelo fazendeiro que desempenhava simultaneamente os vários papéis socioeconômicos criados pelas ramificações dos interesses rurais nos centros urbanos.[57] Não obstante, o grosso dos fazendeiros dependia do concurso dos agentes especializados, tão apegados ou solidários quanto eles próprios aos interesses vitais da produção e da exportação do café, portanto, aos interesses vitais da “grande empresa agrária”. Desse ângulo, torna-se compreensível a marcha seguida pela instauração e pela evolução da ordem social competitiva no fim do Segundo Império e durante a Primeira República. As inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídico-política republicana foram circunscritas, na prática, às necessidades da adaptação da “grande-empresa agrária” ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho que ele pressupunha. Fora e acima disso, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas.[58] Para que a ordem social competitiva pudesse se expurgar desses influxos constritivos e perturbadores, consolidando-se numa direção especificamente “burguesa”, “liberal-democrática” e “urbana”, impunha-se que surgisse nas cidades um sistema de produção que as equiparasse ao campo ou as tornasse independentes dele. Tal condição se delineia lentamente e só demonstra certo vigor, malgrado as debilidades e as incertezas da industrialização, meio século depois da Abolição e da Proclamação da República.[59] Nada podia impedir que o “coronelismo”, como equivalente e substituto da “nobreza agrária”, convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime[60] e, principalmente, que a ordem social competitiva se

ajustasse às estruturas persistentes daquele regime. Mesmo nos centros urbanos em crescimento tumultuoso e rápido (como acontecia com a cidade de São Paulo), ela se configura como uma sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país. Essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social. Contudo, elas só iriam beneficiar os setores aptos a combinar, nas zonas urbanas ou nas rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social – ou seja: os imigrantes, em grande número, e, em menor escala, os segmentos cultos ou semi-instruídos das populações de origem nacional.[61] Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das *grandes famílias* “brancas”, [62] encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, na quase totalidade, a sociedade de classe permanecia *não igualitária e fechada*. [63]

A análise desenvolvida, embora incompleta e perfunctória, permite considerar a situação do negro e do mulato na dupla perspectiva em que ela aparece na formação da ordem social competitiva: no contexto da vida social urbana, emergente ou imperante na cidade de São Paulo; no contexto mais amplo e inclusivo da vida social rural, nas condições em que ela se renova regionalmente, graças aos efeitos demográficos, econômicos, sociais e políticos da substituição do regime de trabalho. Como é fácil verificar, as tendências universais são as mesmas nos dois níveis. A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social. A única diferença relevante entre as tendências que operavam na cidade de São Paulo e as que reorganizavam o mundo rural paulista consiste em que os requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social competitiva aparecem na primeira, desde o início, com maior intensidade. No

campo, as diferenças no grau de prosperidade, provocadas pelo café, forjavam sensíveis gradações no ritmo de desagregação do “antigo regime” e de formação da ordem social competitiva. Em consequência, em certas zonas rurais, em que as mudanças eram mais lentas, abriam-se facilidades de acomodação que o negro e o mulato não encontrariam nem na cidade de São Paulo, nem nas regiões em que a economia cafeeira possuía maior vitalidade. No entanto, tais facilidades não foram convenientemente aproveitadas. Ao contrário, entre os ajustamentos predominantes, pareciam merecer certa preferência os que representavam “a via mais difícil”. Isso levanta uma questão que precisa ser bem entendida, se não se quiser falsear a interpretação da realidade. O fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma “união sagrada” entre os *brancos*, para conjurar o “perigo” de uma *subversão racial*. Na medida em que a “situação de castas” envolvia um estado de heteronomia material, social e moral absoluta do escravo, nas condições imperantes na sociedade brasileira ele só podia emergir como “dissolvente” na cena histórica: (a) numa fase adiantada de desagregação interna da ordem social escravista e de extrema desmoralização de seus fundamentos axiológicos institucionalizados; (b) sob a liderança organizada e ostensiva da parcela inconformista do “grupo racial” dominante, único penhor ideológico e político da continuidade da dominação racial estabelecida e de fidelidade aos princípios de estratificação interétnica subjacentes.^[64] Portanto, a colaboração do escravo e do liberto era aceita como uma espécie de combustível indispensável para acelerar a dissolução do sistema escravista. Não se via neles nem se procurou por nenhuma maneira lhes facultar a condição de um agente revolucionário independente, capaz de traçar seus rumos e de pô-los em prática por seus próprios meios. A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente,

o que não queriam. Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de *como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo*. Formaram o polo heteronômico e alienado de uma “situação de castas”; lutaram com furor, mas como polo heteronômico e alienado, contra essa “situação de castas”; e emergiram, em plena era de reconstrução social, diante de uma “situação de classes”, substancialmente diversa da anterior em sua ordenação e potencialidades, com loucas esperanças mas ainda na mesma condição de polo heteronômico e alienado. Para onde quer que se voltassem, mesmo nas oportunidades mais modestas, tinham pela frente o “colono”, o “imigrante operário”, o “artista europeu” ou elementos da plebe nacional, que antes não disputavam, por indignas, as suas ocupações. Como arrostar essa imprevista e pesadíssima concorrência direta com o “homem branco”, sem sequer saber, coletivamente, o que ela significava e como aproveitá-la?

Dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sociocultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo *escravo* e pelo *liberto* sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas “para fora” nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os “outros” e de integração à ordem social emergente. As alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda mais as expectativas daí decorrentes.^[65] Todavia, as alternativas reais iam da caboclicização no campo à pauperização nas cidades, passando por “contratos de trabalho” que não traduziam melhora sensível da situação da existência anterior, piorando-a muitas vezes. Os que permanecessem na agricultura, ou submergiam na lavoura de subsistência (como os caboclos), após penosas migrações

para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil; ou tinham de se contentar com as precárias compensações oferecidas aos elementos menos cotados dos “braços nacionais”, [66] não raro obtidas após peregrinações incertas por fazendas da localidade ou o deslocamento para as zonas agrícolas menos prósperas e em decadência econômica. Os que se encontrassem ou se fixassem nas cidades, com exceção de reduzidíssimo número de ex-escravos ou de libertos que eram artesãos e dispunham do amparo econômico dos antigos senhores, viam-se em contingências piores. Juntamente com a desvalorizada e a inapta “mão de obra nacional”, da qual surgiam como o segmento mais menosprezado econômica e socialmente, só achavam aproveitamento irregular em serviços extenuantes, mal pagos e amargamente desabonadores. Em suma, projetados socialmente para o interior da antiga plebe, constituiriam seu estrato inferior; ao mesmo tempo, sofriam restrições que não afetavam com a mesma gravidade o “braço nacional” branco e lutavam com inibições internas específicas. As oportunidades de engajamento no trabalho agrícola ou urbano, por piores que fossem, soavam, para os *brancos nacionais* da plebe, como uma liberação econômica e social; algo que os lançava nas correntes das forças vivas e produtivas do país, arrancando-os da miséria material e moral anterior. Tais perspectivas, para o negro ou o mulato, equivaliam ou a uma nova degradação ou a ficar, praticamente, como antes. Ambas as consequências espezinhavam sua sensibilidade e seu senso moral, desmascarando por fim a verdadeira realidade: estavam tão longe quanto no passado recente de serem *livres* por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade.

Desse ângulo, torna-se claro o sentido que a submersão na lavoura de subsistência e a concentração nas cidades possuíam para grandes massas de negros e de mulatos. Não se tratava, propriamente, de uma *fuga da realidade*. Mas de um mudo protesto de desespero e a única saída para evitar uma condição humana confusamente percebida e representada como indigna, indesejável e repulsiva. Ambas as escolhas, de fato, tinham um conteúdo irracional extremo e apareciam como um triste desafio do destino, aos

olhos dos que as punham em prática. Para que o negro e o mulato pudessem evitar opções dessa natureza, seria preciso que, na transição para o novo regime jurídico-político e social, eles tivessem partido de uma situação de castas que lhes conferisse autonomia econômica, social e política, condição histórica para que fossem, em algum sentido e de alguma maneira, agentes do seu destino nas transformações em processo. Só assim eles poderiam imprimir ao movimento abolicionista objetivos e consequências verdadeiramente revolucionários, à luz dos interesses sociais e das necessidades morais do escravo, do liberto e do ingênuo. Só assim, também: 1o – as experiências colhidas no processo revolucionário teriam eficácia prática, seja no alargamento do horizonte cultural do negro e do mulato, seja na elaboração de técnicas de ajustamento apropriadas, compensadoras e estrategicamente seguras; 2o – o negro e o mulato poderiam ter influência ativa na orientação jurídico-política dos processos de reconstrução social, acautelando seus interesses e necessidades na formação da ordem social competitiva. Ora, tal não se deu, nem se poderia dar, o que os expôs a sofrer a conquista da liberdade como o cataclisma que se abate sobre seres indefesos. Note-se que não está em jogo saber se o negro e o mulato reagiam de “modo passivo” ou “com indiferença” aos acontecimentos históricos. Não havia passividade ou apatia em suas reações. Dois terços, presumivelmente, da população negra e mulata da capital e quase a metade da mesma população no âmbito do estado de São Paulo se condenaram, ao longo do primeiro quartel do nosso século, aos percalços das duas opções extremas. Essa autocondenação ao ostracismo, à dependência e à destruição pode ser vista como um *protesto mudo* ou como um efeito suicida dos complexos de *desilusão social*. Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunham o negro e o mulato, privados historicamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo.

Parando-se aqui, todavia, a análise não estaria completa. Na verdade, qual era o teor de racionalidade dos ajustamentos dos negros e dos mulatos que se conformaram

às expectativas dominantes? O negro ou o mulato que se inseriu na ordem social competitiva, como “trabalhador braçal assalariado”, “operário”, “artesão por conta própria” e “pequeno empreendedor”, no campo ou na cidade, estava de fato ajustado às exigências da situação? Há bons exemplos do êxito de negros e mulatos libertos no passado: a crosta rígida da sociedade escravocrata lhes abria oportunidades seguras de trabalho livre, quando a alforria era alcançada, e os libertos persistiam na ânsia de disputarem entre si serviços que eram compensadores mas encarados socialmente como indignos. Muitas vezes, o branco de “profissão mecânica” não passava de mero titular e dirigente. O trabalhador real, se não fosse o escravo, seria o negro ou o mulato libertos. À medida que o trabalho livre corrompeu a ordem escravocrata^[67] e, principalmente, depois que o regime servil foi abolido, essa crosta protetiva perdeu sua razão de ser. Ora, o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele o preparou, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco. São duas, pois, as questões que se colocam: a da aptidão, adquirida pelo negro ou pelo mulato, para enfrentarem com êxito a universalização do trabalho livre; e a da sua capacidade sociodinâmica de agir segundo os modelos de organização do comportamento, da personalidade ou das instituições impostos pela ordem social competitiva.

Uma parte da resposta, no que é essencial, já foi descoberta pelos estudiosos da sociedade escravocrata. A escravidão deformou o seu agente de trabalho, impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros

agentes humanos. Como escreve Caio Prado Jr., “realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator de trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo”.^[68] Em síntese, a escola da escravidão não formou, apenas, o agente do trabalho escravo: deformou-o. Essas deformações podiam ser atenuadas, parcialmente corrigidas ou compensadas nas áreas em que a sociedade escravocrata dependia do liberto para organizar o próprio trabalho escravo ou para se diferenciar e se expandir. Essas impulsões, porém, eram confinadas e beneficiavam reduzidíssimo número de agentes. Ainda na época da escravidão, Couty demonstrava, por observações feitas em fazendas do Oeste Paulista, que “todas as condições de cultura permanecendo iguais”, a produtividade da mão de obra livre [dos imigrantes] era superior à da mão de obra escrava em proporção superior à relação de 3:1. Apesar disso, os gastos requeridos pelo aparato organizatório seriam quatro vezes mais baixos!^[69] Essas observações levaram-no a concluir que, mesmo na vigência do regime servil, o escravo seria substituído pelo trabalhador livre (europeu) onde se estabelecesse concorrência entre ambos.^[70]

Essas constatações adquirem seu sentido pleno quando se encaram os problemas que elas levantam da perspectiva do processo de formação e de consolidação da ordem social competitiva em São Paulo. Os dois fatores humanos básicos nesse processo, tal como ele se desenrolou em São Paulo (no estado e em sua capital), no período compreendido entre a última década do século XIX e o primeiro quartel do século XX, foram o “fazendeiro de café” e o “colono”. A diferenciação dos papéis econômicos e sociais dos fazendeiros, com o envolvimento de suas pessoas ou de agentes humanos a eles associados ao “mundo de negócios”, das cidades, servia de fulcro a importantes

alterações no processo de acumulação de capitais. Esse processo na sociedade estamental e de castas era condicionado e regulado por um código econômico tradicionalista – o que importava, acima de tudo, era o *status* dos componentes da camada senhorial. A riqueza, especialmente enquanto parte do patrimônio das famílias senhoriais (objetivada em torno do número de peças ou escravos e de propriedades agrícolas), possuía naturalmente enorme importância, *maxime* quando se levam em conta os critérios que presidiam o recrutamento da nobreza agrária no II Império. Entretanto, a própria dinâmica da vida econômica restringia as condições e os objetivos da reinversão dos lucros e canalizava para a expansão do patrimônio da família, concebido como aumento da escravaria, da propriedade fundiária ou como aquisição de novas unidades produtivas, a acumulação de riquezas. O “engenho” ou a “fazenda” apareciam como *empresa econômica* apenas na medida em que forneciam as bases materiais da “grande lavoura”. A produtividade e a remuneração dos fatores da produção não se colocavam de molde a converter o “proprietário rural” em “empresário”, fundamentalmente absorvido na solução dos problemas técnicos e econômicos com vistas ao aproveitamento máximo daqueles fatores e para as repercussões que isso teria na “remuneração do capital”. Aliás, as condições de organização técnica e econômica da produção agrícola sob o regime escravocrata sempre foram encaradas como *impedimenta* ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Ora, o fazendeiro paulista saiu desse círculo vicioso, não porque o café tivesse alguma virtude “democrática”, como acreditam alguns,^[71] mas porque as conexões da grande lavoura brasileira com o mercado internacional se modificaram, acentuadamente, durante a última metade do século XIX. Não só várias fases da comercialização das relações de exportação foram assimiladas pela sociedade brasileira, conforme se apontou anteriormente, como alguns mecanismos dos capitais internacionais acompanharam esse processo, vinculando-se diretamente ao desenvolvimento institucional que ele provocou (crescimento da rede bancária,

proliferação das casas comissárias, intensificação das atividades especulativas dos intermediários etc.). A área em expansão agrícola se aproveitou duplamente desse processo, pela diferenciação do meio socioeconômico e pela participação mais vantajosa nas manipulações com reflexos internos do capitalismo internacional. Esses fatores se fizeram sentir fortemente na organização da vida agrícola, na medida em que deslocaram o centro de interesses do fazendeiro, da fazenda para os processos puramente econômicos ou especulativos dos “negócios do café”, compelindo-o a se tornar ele próprio produtor intermediário ou a se associar intimamente com este. Doutro lado, a expansão gradual do trabalho livre e a sua universalização final forçaram reajustamentos rápidos que produziam efeitos da mesma natureza: desvencilhar a “fazenda” da ordem patrimonial, obrigando o fazendeiro a desenvolver uma mentalidade típica de empresário capitalista, constantemente atento à produtividade e à remuneração dos fatores da produção.^[72] Por fim, comprometido e empenhado nas operações mais abstratas da comercialização dos “negócios do café”, o próprio fazendeiro com condições propícias se converte em *intermediário* ou em *capitalista* e estimula esse processo no seio da própria família. As cidades que saem da velha letargia, oriunda da sua subordinação passiva aos interesses agrários, centro de gravitação da vida econômica, encontram nesse fazendeiro (e nos capitais que trazia da agricultura) seja um dos agentes do financiamento das indústrias incipientes ou de toda sorte de atividades comerciais lucrativas, seja o próprio empreendedor dos negócios bancários, industriais, comerciais e imobiliários de certo vulto ou de maior alcance especulativo.

O “colono”, por sua vez, intervém em três níveis distintos do processo de consolidação e de renovação do capitalismo. Primeiro, como agente do trabalho livre que se comportava como o assalariado típico e repelia a relação patrimonialista, obrigando o fazendeiro a agir conforme a normas e a uma mentalidade econômica novas. Segundo, como agente da transplantação de novas atitudes perante o trabalho ou

de técnicas e atividades econômicas inovadoras, tanto indiretamente,[73] quanto diretamente.[74] Terceiro, como propulsor da acumulação capitalista com base na poupança e como criador direto de novos focos de expansão do capitalismo no campo e, principalmente, na cidade. Em outras palavras, o colono não se beneficiou, apenas, das tendências associadas à transformação recente do capitalismo no Brasil. Ele compartilha em grau extenso do processo e, na medida em que consegue se impor como empresário independente, vai concorrer como uma força nova e revitalizadora da crescente autonomia econômica da cidade em face do campo. Os elementos migrantes da população nacional e as camadas intersticiais da parte culta das populações urbanas irão preencher, em grau maior ou menor, funções análogas às do colono. Mas ele foi não só o componente numericamente “predominante”, mas ainda o fator humano “típico” dos processos econômicos e histórico-sociais assinalados.

O que há de essencial, para a análise da posição do negro e do mulato na ordem econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo em São Paulo. Os dois polos desse processo socioeconômico acham-se ou em círculos sociais das camadas dominantes ou no seio dos contingentes humanos transplantados da Europa. Apenas esporadicamente chegaram o mulato e o negro a concorrer ativamente em tais tendências: onde e quando puderam contar como membros das “grandes famílias” ou foram colhidos, por circunstâncias individuais, pelas ondas de prosperidade que bafejavam as camadas cultas intersticiais da sociedade e as parcelas migrantes da população de origem nacional. Em entrevistas feitas para focalizar o assunto, ficou patente que os brancos interpretaram a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro “não tinham ambição”, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades que permitiam converter a poupança em fator de acumulação capitalista, de mobilidade ocupacional e de ascensão social. Os informantes negros e mulatos revelam maior realismo, mostrando-se convictos de que não tinham meios para se inserir no referido

processo, competindo quer com os brancos nacionais, quer com os imigrantes. A “ambição” existia e ela foi, exatamente, a causa de sua perda, pois fomentou opções extremamente rígidas e negativas.

Vendo-se a questão retrospectivamente, com as perspectivas abertas pela análise sociológica, percebe-se que as interpretações *ex post facto* dos próprios negros e mulatos são aproximadamente corretas. Mesmo quando se inseriam no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, nas oportunidades mais favoráveis (como assalariado, artesão ou pequeno empreendedor independente), o negro e o mulato não se incluíam entre os fatores humanos do novo surto capitalista. Parece fora de dúvida que ficavam numa posição bem mais vantajosa que os demais elementos da “população negra”, expelidos para a economia de subsistência ou para o pauperismo urbano. Contudo, não estavam nem estrutural nem funcionalmente ajustados às condições dinâmicas de integração e de expansão da ordem social competitiva. Aproveitavam-se dos vácuos resultantes do crescimento econômico súbito, sem maiores perspectivas de tirar proveito das posições conquistadas, nas direções abertas pela evolução capitalista em marcha.

A explicação desse fato parece se encontrar na peculiar condição psicossocial do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da “rebelião negra”. Como escrevia Perdígão Malheiros, o escravo aparecia como “um inimigo doméstico” e “um inimigo público”: “é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha”. [75] Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a

dependência fundamental dos libertos. Ao mesmo tempo, todo um refinado e severo sistema de fiscalização e de castigos foi montado para garantir a subserviência do escravo e a segurança do senhor, de sua família ou da ordem social escravocrata. A rigidez com que tudo isso se implantou em São Paulo é atestada pelos relatos que acompanham o noticiário das fugas. Perdidos em fazendas isoladas ou morando em cidades rústicas, com policiamento precário, em toda parte quase sempre em inferioridade numérica, os brancos seguiram à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social.^[76] O efeito de tudo isso foi que o negro e o mulato emergiram do mundo servil sem formas sociais para ordenar socialmente a sua vida e para se integrar, normalmente, na ordem social vigente. Não só saíam da escravidão espoliados material e moralmente; vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação.

Esse estado de anomia explica cabalmente por que as motivações que afetavam o negro ou o mulato não produziam efeito prático. Tanto os brancos das camadas dominantes ou intersticiais, quanto os imigrantes ou os elementos recém-egressos da plebe nacional contavam com um suporte social para as suas atividades econômicas ou para as suas aspirações de ascensão social. No que diz respeito aos círculos mais ativos das camadas dominantes e aos imigrantes, a família, os laços de solidariedade forjados pelo parentesco e a cooperação organizada forneciam um sólido ponto de apoio para as relações competitivas e para toda a sorte de projeto individual mais ou menos ousado, que tivesse alguma viabilidade e parecesse virtualmente compensador. Tendo de forjar, ao mesmo tempo, a sua situação econômica e os quadros de organização de sua vida social, o negro e o mulato submergiam mesmo onde aparentavam maior êxito. Não podiam entrar na corrente de prosperidade nem “fazer a América”. Enquanto não dispusessem do suporte organizatório necessário, estavam condenados a vegetar nas

posições econômicas conquistadas no primeiro impulso, a perdê-las se a competição com os brancos aumentasse e a sofrer os efeitos perniciosos da regressão socioeconômica. Portanto, mesmo aqueles que foram beneficiados pelas circunstâncias estavam substancialmente desajustados, aparecendo como as maiores vítimas da herança social da escravidão e como autênticos “párias da fortuna”.

Essas conclusões demonstram que a existência ou não de certas motivações econômicas básicas era secundária com referência à “população de cor”. Tal coisa, aliás, não constituía problema numa situação complexa e turbulenta de contato, em que os exemplos do êxito fácil dos brancos, brasileiros ou estrangeiros, multiplicavam-se diariamente, convulsionando ainda mais a impaciência do negro ou do mulato. A questão verdadeira estava no destino social que poderiam dar a essas motivações. Mal preparados para os ajustamentos a um mundo social condenado historicamente e destituídos das formas de comportamento organizado requeridas de modo imediato para a integração à ordem social emergente, ambos se revelaram impotentes para aproveitar construtivamente aquelas motivações. Em termos de sua situação na estrutura de poder da sociedade, viam-se naturalmente barrados das tendências da evolução capitalista vinculadas à atuação econômica dos círculos mais dinâmicos das camadas dominantes. Em confronto com aqueles que tentavam construir um futuro promissor com base num presente laborioso e árduo, viam-se privados do substrato material e moral que ampara, estrutura, dá sentido e confere persistência aos esforços criadores dos indivíduos em todas as esferas da vida, inclusive e especialmente na econômica. Pondo-se de lado a significação das oportunidades econômicas com que contavam para atingir seus objetivos, o fato incontestável é que o negro e o mulato melhor aquinhoados logo se converteram em fatores humanos neutros, em relação aos desenvolvimentos do capitalismo, em novo estilo. Em vista disso, é patente que nem mesmo uma “minoridade privilegiada” da população negra e mulata conseguiu desfrutar, como tal, qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos

processos de acumulação privada de capital que aqui se desenrolaram. Ao perderem a posição de principal agente do *trabalho mecânico*, o negro e o mulato perderam, ao mesmo tempo, as possibilidades de participar de alguma maneira definida, persistente e vantajosa tanto das relações de produção quanto dos fluxos correspondentes de elevação desigual das rendas entre os diversos grupos étnicos e sociais, deixando de possuir importância dinâmica identificável em todos os níveis do crescimento econômico.

Qualquer que seja a perspectiva de que consideremos a formação e a consolidação inicial do regime de classe em São Paulo, o negro e o mulato sempre surgem como vítimas indefesas de um clamoroso destino histórico. Sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão, que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. Como deixaram de ser “escravos” ou “libertos”, não contavam mais com a solidariedade universal dos brancos. Nem com a solidariedade cúpida dos antigos senhores, para os quais perderam o interesse de sucedâneos fisiológicos da máquina. Nem com a solidariedade humanitária dos abolicionistas, para os quais não possuíam mais aquele interesse moral, que funcionava como fonte imperativa do *mandato da raça negra*. Perdidos uns para os outros, no estreito e sombrio mundo social, que puderam recriar para si sob a escravidão, não compartilhavam dos laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade que integram fortemente os homens, nos pequenos ou nos grandes agrupamentos sociais. Como se nascessem naquele momento para a vida, teriam de gravitar no lodo e nele construir o ponto de partida de sua penosa ascensão ao “trabalho livre”. A sociedade de classes se torna uma miragem que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, a dignidade da pessoa humana. Como se ainda faltasse à “raça negra” um degrau de purificação pelo sofrimento, reserva-lhes as amarguras da servidão invisível, mais dolorosa que a outra,

por se dissimular sob a égide da igualdade civil. Enfim, converteu-os em uma congêrie à parte, no estrato inferior e o único verdadeiramente bloqueado de uma plebe em desintegração.

Todavia, se separarmos os dramas humanos dos processos histórico-sociais, por mais difícil que isso seja, veremos que essas ocorrências possuíam um lado positivo e continham plena significação histórica. O isolamento do negro e do mulato, através das impulsões econômicas, psicossociais e socioculturais segundo as quais eles foram excluídos ou se excluíram da ordem legalmente institucionalizada da sociedade nacional, representava o modo por que a sua agregação ao regime de classes poderia transcorrer inicialmente. Um agregado justaposto, nada mais que isso. Nesse estado, porém, o *negro* e o *mulato* iriam passar pelo despojamento final da “condição de escravo”, que pairava sobre ambos, e construir por conta própria, em consonância com a depuração e o fortalecimento progressivos da ordem social competitiva, a estratégia para a conquista das posições que deveriam ocupar na estrutura da sociedade de classes. Desse ângulo, a pulverização por que passaram as “populações negras” em São Paulo teve efeitos produtivos. De um lado, porque constituía, em si mesma, a forma assumida ecológica, econômica e socialmente pela incorporação dessas populações à plebe rural e urbana. De outro, porque se erigia em condição prévia para a emergência e a gradual consolidação dos mecanismos psicossociais que iriam promover, mais tarde, no próprio *meio negro*, a socialização do “negro” e do “mulato” para a sociedade de classes.

3. Expansão urbana e desajustamento estrutural do negro

Esse amplo bosquejo permite explicar os principais problemas sociológicos levantados pela situação da “população negra” na cidade de São Paulo (e, por extensão necessária, no sistema socioeconômico estadual inclusivo) no começo do século. Resta-nos ver, em

seguida, as consequências provocadas pela concentração na cidade dessa população e como ela evoluiu durante a fase histórico-social considerada.

Como cidade em crescimento rápido, São Paulo exercia enorme atração sobre os grupos demográficos ou étnicos com tendências migrantes. Por isso, não é de estranhar que se convertesse em um dos centros urbanos que iriam polarizar as variadas e desencontradas migrações internas das “massas negras”, que se distribuíam pelo país logo após o colapso final do regime escravo. O fenômeno foi mal percebido, na ocasião, havendo quem entendesse, mesmo, que os “negros”, pura e simplesmente, *fugiam coletivamente de São Paulo*.^[77] Havia, ao mesmo tempo, os que se alarmavam com a inclinação inversa, recriminando a propensão do “negro” de se concentrar na cidade, para “viver na vadiagem”.^[78] A imensa mobilidade horizontal da “população negra” acarretava, de fato, deslocamentos nas duas direções. Nenhuma fonte fidedigna conhecida descreve as proporções quantitativas desses deslocamentos. Daí ser necessário apelar para os indícios indiretos, contidos nos censos do fim do século XIX, como fizemos anteriormente. O inconveniente de tal procedimento é óbvio, pois somos forçados a nos basear em inferências de caráter geral, sem meios para distinguir o que, no aumento global da população, resulta do crescimento vegetativo ou das migrações.

Ainda assim, um dado parece ser característico: separando-se os três principais contingentes demográficos da população paulistana na época, constata-se que a “população negra” apresenta o índice de crescimento relativo mais baixo. Eis como se poderiam resumir as indicações pertinentes:^[79]

QUADRO 3

Incremento dos diversos grupos de cor da população da capital (1886-1893)

Contingentes	Censo de 1886		Censo de 1893	
	Dados	Números	Dados	Números

Contingentes Demográficos	Censo de 1886		Censo de 1893	
	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices
Branco nacionais	24.249	100	44.748	184
Branco estrangeiros	12.085	100	70.978	587
Negros	3.825	100	5.920	154
Mulatos	6.450	100	8.639	134

O aumento quantitativo da população negra e mulata, em números absolutos, num período em que ocorriam intensos e volumosos deslocamentos para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil, indica que as entradas compensavam as saídas. No conjunto, porém, parece claro que as tendências mais nítidas à concentração na cidade partiam dos contingentes brancos, com predominância desproporcional dos brancos estrangeiros. Aliás, no aumento global de 79.392 indivíduos da população branca, acusado pelo censo de 1893 em relação ao de 1886, os estrangeiros concorreram com 58.893 indivíduos (ou seja, 74%) e os nacionais com 20.499 indivíduos (ou seja, 26%). Por aí se vê que, na verdade, eram os imigrantes europeus que afluíam em massa, para “tentar a sorte” na cidade.^[80]

O negro e o mulato acompanharam essa tendência de forma acentuadamente moderada, mesmo em comparação com os “brancos” nacionais. Aventaram-se várias hipóteses para explicar essa diferença de progressão; Lowrie e Joviano do Amaral, por exemplo, enfatizam a provável diluição do mulato na população “branca”, nas declarações censitárias mas também pelo intercruzamento.^[81] Sem dúvida, essas

hipóteses esclarecem coisas que ocorriam de fato. Contudo, acredito que é na mobilidade horizontal da “população negra” que se encontra a principal explicação das referidas tendências. Tudo indica que um setor dessa população, mais ou menos entrosado às ocupações artesanais e aos serviços urbanos,[82] reagindo desfavoravelmente às condições da concorrência com o imigrante, deslocou-se para outras cidades paulistas ou brasileiras, em que pudesse encontrar aproveitamento condigno e reais oportunidades econômicas. Esse setor, pelas indicações do censo de 1872, abrangia um forte contingente de libertos, no qual prevaleciam os “pardos” sobre os “negros” na proporção de 2,5:1. Com base nessas inferências, é possível presumir: 1o – a parcela móvel da “população negra” da cidade, que a abandonou, compunha-se de indivíduos ocupacionalmente qualificados ou semiqualificados, com experiência parcial sobre o estilo “urbano” de vida e insatisfeitos com a situação criada pela forte concorrência com os “estrangeiros”; 2o – os mulatos provavelmente constituíam o grosso desse segmento migrante da “população negra” paulistana. As compensações para essas saídas eram quantitativas (e não qualitativas). Procediam do conhecido êxodo rural, que dispersou pelas cidades do estado, mas especialmente na capital e em Santos, pequenas massas de trabalhadores rústicos, nas quais os “negros” prevaleciam numericamente sobre os “mulatos”. As cidades, em particular aquelas em expansão econômica e urbana, exerciam algum atrativo sobre esse tipo de trabalhador, pela carência de candidatos a serviços brutos ou pelas facilidades de acomodação.

Por aí também se pode lançar alguma luz sobre a desproporção entre homens e mulheres na “população negra” de São Paulo.

Tomando-se como referência os dados dos censos de 1890 e 1893, temos o seguinte quadro:

QUADRO 4

Incremento de Homens e Mulheres na “População Negra” da Capital (1890-1893)

	Censo de 1890				Censo de 1893			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices
Negros	2.508	100	2.388	100	2.528	122	3.392	142
Mulatos	3.027	100	3.369	100	3.371	123	4.908	145

A desproporção quantitativa existente em 1890 se acentuou ainda mais em 1893. Ora, a mulher encontrou maior facilidade de ajustamento ao trabalho livre. De um lado, no regime escravocrata os serviços domésticos, principalmente nas zonas urbanas, não envolviam a mesma degradação do seu agente que o duro “labor da roça”. Eles provocavam maior contato permanente com os brancos e facilitavam as relações paternalistas ao velho estilo. Portanto, várias condições favoreciam a estabilidade da “mulher negra”, como e enquanto *serviçal doméstica*. Doutro lado, a concorrência com o “estrangeiro” não assumiu de imediato, nesta área dos serviços urbanos, proporções tão dramáticas. O censo de 1893 demonstra que os “nacionais” retinham quase 42% das ocupações domésticas (sobre um total de 14.104 ocupações), uma porcentagem excepcionalmente alta, em confronto com as demais.

O essencial é que se entenda o fulcro socioeconômico dessas tendências. A “população negra” paulistana foi trabalhada e revolvida pelas convulsões sociais e econômicas que abalaram, simultaneamente, a estrutura geral do sistema de relações com o “branco” e a organização do estilo de vida imperante na cidade. Ao mesmo tempo que se destruíam as acomodações elaboradas no passado, que projetavam o “negro” e o “mulato” em uma variada rede de ocupações e serviços apreciados como compensadores e até nobilitantes, surgia toda uma nova configuração social da vida

econômica, com crivos próprios de seleção dos agentes do trabalho. Dentro desses quadros, aqueles que se reputavam os “melhores” (e que eventualmente poderiam ter razões objetivas para isso) viam-se deslocados e preteridos. Outros, que só contavam com a capacidade ou as aptidões virgens da “força bruta”, acabavam logrando algum aproveitamento efetivo. Por fim, em toda a teia das acomodações com os brancos, algumas estruturas se revelaram mais persistentes. Os que tinham, ou adquiriam lugar nessas estruturas conquistavam razões suplementares “para ficar” ou “para vir” para a cidade. A instabilidade ou a estabilidade dos vários círculos da “população negra” se relacionavam diretamente à sua vinculação com a estrutura da economia e da sociedade. Porém, cumpre reter: 1o – que somente em parte essa população se compunha de elementos com experiência ativa sobre o “meio urbano”; 2o – que as transformações deste foram tão rápidas e profundas que mesmo esses elementos se viram, de repente, como estranhos numa “cidade estrangeira”; 3o – que as levas de pessoas pelas quais se promovia seu crescimento incessante não tinham traquejo com os serviços urbanos e procuravam ocupações periféricas e uma existência discretamente marginal; 4o – que somente o estrato feminino da “população negra” teve, em bloco, condições favoráveis de transição mais ou menos estável para o novo estilo de vida.

Nem todos esses aspectos podem ser analisados empiricamente. Contudo, isso não é fundamental, do ponto de vista sociológico. O fundamental está na evidência incontestável de que a transição se processou em condições tumultuosas, por meio de movimentos demográficos que eliminavam os mais aptos para o estilo “urbano” de vida ou aumentavam ao máximo a proporção de adventícios, provenientes do “eito” (como preferiu se expressar, significativamente, um dos informantes, ressaltando sem querer a polaridade “rústica” dessas levas humanas). Por causa de sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente

compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, *com um meio de vida*. Se lembrarmos que o “elemento negro” saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para ele, a *vida na cidade*. Numa população continuamente lavrada por extensas recomposições internas, crescentemente ajustada de modo marginal ou periférico aos centros de interesses econômicos, sociais e culturais dominantes, e que expunha a mulher aos riscos de se converter no “meio de subsistência” do homem, mas sem as defesas suplementares da família estável e integrada, não existiam probabilidades eficientes de pronta correção dos focos de anomia social. Nela só existiam e medravam, ao contrário, influências favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento intermitente dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do “negro” ou do “mulato”.

Para se entender o fascínio das cidades sobre o ânimo das “levas negras” migrantes é preciso atentar para a importância que elas tiveram no processo de desagregação do regime servil. Não era apenas como centro de atividades menos degradadas pelo trabalho escravo, ou mais rendosas e dignificantes, que elas se impuseram à preferência dos “libertos”. Em São Paulo, foi nos centros urbanos que se constituiu, primeiro, uma opinião pública desfavorável aos excessos dos senhores e aos próprios fundamentos da escravidão; e, em seguida, foi neles que se estabeleceu toda uma rede organizada de conspiração pela liberdade dos escravos, seja na fase da liberação por via judiciária (de Luís Gama), seja na fase de luta direta contra o direito de propriedade escravista e de agitação nas senzalas (de Antônio Bento). Só em cidades como São Paulo ou Santos, por exemplo, existiam pessoas ou grupos de pessoas com autonomia econômica, social e política suficiente para enfrentar os “interesses negreiros” e arrostá-los no terreno da ação. Por isso, para essas cidades convergiam os escravos em fuga ou os libertos, que demandavam esconderijos, proteção ou orientação contra as perseguições preparadas por seus algozes; e nelas (especialmente na última),

é que puderam erigir os seus famosos redutos.[83] Nesse sentido, a *cidade* se afirmava como um símbolo e uma promessa de liberdade.[84] Viver nela, pura e simplesmente, parecia aos olhos dos que saíam do cativeiro uma condição ideal para se despojarem mais depressa do que houvesse de ignóbil no estado de “escravo” ou de “liberto”. Todavia, a realidade era outra. Sem ser propriamente hostil ao “negro”, a cidade de São Paulo quebrou rapidamente a sua ligação com o passado rural. Não foi, apenas, a cultura popular que entrou em crise.[85] Algo mais complexo sucedeu: entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a cidade cresceu demais para se orgulhar dos “antigos costumes”, mas ainda era demasiado provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um “estilo urbano de vida”. O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da *grande cidade*, em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprego em massa; e, doutro lado, também não contavam com as vantagens das “cidades” convicta ou conformadamente rurais brasileiras, a estabilidade social, a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. Essa dubiedade, característica da fase de transição, expunha os elementos de extração rústica a estranhas contradições. O comportamento “urbano” existia nas intenções e nas aspirações dos agentes humanos, na ânsia de converter São Paulo numa cidade “cult”, “moderna” e “civilizada”. Só os que estavam absorvidos na “corrente do progresso” se sintonizavam com semelhante estado de espírito – ou seja, os “círculos avançados” das camadas dominantes e os imigrantes empenhados no enriquecimento rápido. No íntimo e fora da vida prática, cada qual arcava com as arestas de alguma espécie de rusticidade, herdada de diferentes maneiras por brasileiros ou estrangeiros de todas as camadas sociais. O “progresso” era, pois, muito exterior e nada possuía de homogêneo. Não se toleravam evidências por demais notórias de comportamentos que levantassem a suspeição de que a comunidade fosse “atrasada” e “provinciana”. Mas cada qual saía dessa condição como podia, por meio de estímulos ou de procedimentos que

trabalhavam os indivíduos em função das circunstâncias que cercassem o seu envolvimento nas atividades econômicas.

O impacto dessa situação externa sobre o “elemento negro” é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças a ela.[86] Contudo, ficou imobilizado dentro de um tradicionalismo tosco e inoperante. Ambas as coisas se relacionam, estrutural e dinamicamente, com o destino encontrado pelo negro e pelo mulato naquele ambiente urbano. Até providências policiais foram tomadas para impedir a “revivescência”, à noite, de “antigos usos”, que perturbariam o sossego e, talvez, o decoro da população branca.[87] As perdas culturais daí resultantes não foram, porém, compensadas pela aquisição de valores culturais alternativos. À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente, das “tendências do progresso”. As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional”, a “população negra” perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco.[88] Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos, que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, por meio da vida social organizada.[89]

Esse exemplo revela duas coisas essenciais. Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sociocultural da cidade não favoreciam – ao contrário, solapavam e impediam – a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos

noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido antiurbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade. Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, eles tiveram *chances* de se entrosarem, mais ou menos, com as “exigências da situação”, modernizando seus estoques de ideias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização. Estabeleceu-se, portanto, um terrível círculo vicioso. A participação marginal e improfícua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como “agente” ou como “beneficiário”, do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do *elemento negro* o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura.”

Está claro que a alternativa, que foi eliminada historicamente, de ajustamento à cidade com manutenção dos valores centrais da herança cultural afro-brasileira, conduziria a padrões conscientes, desejados e sistemáticos de isolamento, envolvendo assim um tipo de segregação espacial e racial que não encontra aprovação na tradição cultural brasileira. É discutível saber se ela seria melhor para o “destino social do negro” na cidade. Onde a referida perpetuação produziu efeitos positivos, na sociedade brasileira, as condições de interação econômica e social dos “negros” com os “brancos” eram compatíveis com uma relativa autonomia cultural dos grupos étnicos em presença e nunca chegaram a ameaçar os padrões básicos de isolamento inconsciente,

dissimulado e difuso, sancionados por aquela tradição. O que importava, na análise, era acentuar, pelo contraste, as implicações dinâmicas da situação do negro na comunidade paulistana. As expectativas de comportamento, polarizadas em torno do sistema axiológico e moral da comunidade, impunham coercitivamente a abolição de certos “usos” e “costumes”, mas toleravam (e sabemos pela documentação histórica que toleravam com simpatia e até com regozijo) a perpetuação de outros, também extraídos dos “mores antigos”. Isso sublinha a existência de um clima moral, que desafiava o negro na pior direção possível. As pressões diretas ou indiretas selecionavam os ajustamentos em que ele aparecia como o equivalente e o substituto do “escravo” ou do “liberto” na sociedade livre. Daí a valorização positiva daquela parcela da herança cultural que regulava, tradicionalmente, tais ajustamentos. Para reagir contra essas pressões e tentar se defender delas, o negro se apegou obstinadamente às facilidades do alheamento e da reclusão, oferecidas pelos núcleos urbanos. Com isso, tomou parte saliente na elaboração de ajustamentos que elevavam ao máximo os frutos negativos do padrão brasileiro de isolamento difuso-assistemático e que, ao mesmo tempo, fomentavam sua sujeição indefinida a uma herança cultural funesta.

Eram inerentes à dinâmica da “vida na cidade”, pois, certas condições exteriores constantes, que liberavam e fortaleciam compulsões psicossociais altamente destrutivas para o equilíbrio psicológico do negro ou para a sua integração à ordem social. Alguns testemunhos sobre casos relativamente frequentes permitem estabelecer como essas compulsões operavam, levando o negro a agir irracionalmente (ou seja, sem uma consciência clara de seus interesses ou de seus fins nas relações com outros) ou a agravar a irracionalidade de ajustamentos de per si irracionais, provocativos e ruinosos. Simplificando as coisas, seria possível reduzir a três as constelações psicossociais que governavam, no período escravocrata, os ajustamentos do liberto ao trabalho livre: a noção de que liberdade significava plena disposição da pessoa sobre si mesma, cujo corolário prático dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir quanto, onde e como

trabalhar; a representação segundo a qual a dignidade do homem livre é incompatível com serviços degradantes; e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada pelas necessidades de consumo do indivíduo com seus dependentes. Essas concepções operavam nas acomodações do trabalho livre com o regime servil sem produzir atritos violentos e, principalmente, sem fomentar a exclusão do negro como agente de trabalho livre. Couty escrevia que, “no Brasil, o negro só deseja uma felicidade, um direito: o de *não fazer nada*”.[90] Não obstante, ao se converter em liberto assumia, gradualmente, as obrigações que o tornavam em promissor agente econômico. Ao descrever esse processo na sociedade carioca, Rugendas assinalava que o liberto permanecia nas vizinhanças do antigo local de trabalho e se projetava em vários tipos de atividades, alcançando “em pouco tempo um grande bem-estar” e logrando, nas cidades, êxito apreciável em ocupações lucrativas ou consideradas. Por isso, chegou a asseverar:[91] “A população negra livre é, sob vários aspectos, principalmente por seu futuro, uma das classes mais importantes da colônia. Isso é, especialmente, verificável com relação aos crioulos propriamente ditos, aos negros nascidos na América”. Os inconvenientes eram tolerados e, eventualmente, corrigidos ao sabor das circunstâncias ou das necessidades. Saint-Hilaire, por exemplo, refere-se a um crioulo negro, que lhe servia de camarada, o qual, “orgulhoso de sua dignidade de homem livre, tinha o mais profundo desprezo pelos trabalhos que se consideram como apanágio do escravo”, a ponto de não ir ao riacho para pegar água para si próprio, pois entendia ser essa obrigação de outro camarada;[92] e, em várias passagens, descreve pitorescamente as peripécias ou os contratemplos associados à irregularidade dos trabalhadores e dos fornecedores. Contudo, no contexto de uma crise social convulsiva, em competição intensa com outros agentes de trabalho preferidos e sob a égide exclusiva da livre concorrência, o liberto perdeu as antigas oportunidades de reeducação pela experiência e de ajustamento gradual às obrigações econômicas ou sociais que contraía com a liberdade. De um lado, não encontrava nos brancos as velhas disposições de tolerância;

ao contrário, muitos deles, principalmente os fazendeiros, viam no liberto o ex-escravo e tentavam tratá-lo como tal.[93] De outro, aqueles ajustamentos adquiriram, na ordem social competitiva, o teor de verdadeiras anomalias. Os fazendeiros não se conformaram nem com o seu senso de autodeterminação nem com as consequências do trabalho irregular, governado pelas necessidades de subsistência.[94] Eis como um fazendeiro condensava as censuras que se erguiam ao liberto, como agente de trabalho livre: “Se vão para uma fazenda como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar; nas horas de refeição demoram-se indefinidamente, bem poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. Qualquer observação que se lhes faça recebem como ofensa, e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e lá se vão”.[95] Faltava ao liberto, portanto, a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico. Como existia a alternativa de substituí-lo, pois os imigrantes eram numerosos e tidos como “poderosos e inteligentes trabalhadores”,[96] as fricções engendradas pela persistência daquelas três constelações psicossociais eram fatais ao negro e ao mulato. Eles não só perdiam terreno na competição ocupacional e econômica. Passavam a ser vistos sob um prisma em que o “escravo” desqualificava o “liberto”, como se fossem, de fato, substancialmente “vagabundos”, “irresponsáveis” e “inúteis”. Adquiriam, em suma, uma reputação desabonadora, que iria bani-los do mercado urbano de trabalho ou forçá-los a lutar, arduamente, na orla das ocupações indesejáveis ou insignificantes.[97]

As informações coligidas diretamente de negros, mulatos ou brancos, que viveram na cidade no primeiro quartel deste século **xx**,[98] salientam as consequências devastadoras dessas atitudes e dos comportamentos reativos que elas provocavam. De acordo com essas informações, entre os elementos vindos do interior prevaleciam os moços. Os velhos preferiam continuar com as fainas agrícolas, com frequência mesmo

nas fazendas em que foram escravos. Em sua maioria, não conheciam bem as ocupações e os serviços urbanos, vivendo de trabalhos manuais rudes. Encontravam-se alguns ajudantes de pedreiros; mas a maior parte dos homens faziam biscates, isto é, “os serviços que calhavam”, recebendo por dia ou por empreitada. As mulheres trabalhavam como criadas, havendo ainda quem preferisse a mucama e a cozinheira “de cor”. Um informante esclareceu, ainda: “Agora há muito preto como pedreiros e até como vendedores de frutas e de coisas. Antigamente, os italianos e os portugueses é que se dedicavam a esses serviços de venda. Os pretos os estão substituindo. Também não se via muito preto como oficial [nos ofícios]. O branco é que ocupava esses lugares”. Em seu entender, no ramo em que trabalhava, o da carpintaria e da marcenaria, “o serviço dos pretos não era pior que o dos brancos. Pior que eles eram os polacos.[99] [...] Essa é uma raça muito pior que os negros. Eles é que estragaram a profissão”. Pelas indicações de uma das histórias de vida, o negro tinha de agir com grande oportunismo, “aceitando o que aparecesse”, e quase sem fazer exigências. Servir de carregador, aceitar serviços de limpeza de casas, entregar folhetos ou transportar cartazes, trabalhar nas cavaliças, como serviçais nas pensões ou como ajudantes de pedreiros, de carpinteiros, de pintores etc. Um dos informantes vendia doces feitos pela mãe; mas parece que os vendedores ambulantes, portugueses e italianos, e posteriormente a instituição das feiras livres acabaram por liquidar a presença da mulher, do menor e em alguns casos do adulto ou do velho negro no pequeno comércio de doces, quinilharias, verduras, sorvetes, quitutes, pinhão e castanha cozidos, ervas etc.[100] Os serviços que oferecessem perspectivas lucrativas, mesmo que fossem modestas, como o de peixeiro, o de jornaleiro ou o de engraxate, eram feitos pelos italianos. Com insistência, as informações indicam que os negros se viam obrigados a trabalhar para os italianos em condições “escorchantes”. Estes demonstravam interesse, amizade e caridade; porém, o que tinham em mira seria a “exploração do negro”, onde e como pudessem, inclusive sob o artifício de atrair menores para seus lares, tratá-los “como

filhos” e obter deles prestação gratuita de serviços. Todavia, os informantes negros e mulatos não escondem as “cabeçadas” que foram dadas, por falta de “experiência” ou de “amparo moral”. Reconhecem a inconstância ao trabalho, a volúpia de trocar de ocupações e, mesmo, a matreirice com que alguns negligenciavam as obrigações contraídas, se conseguissem embolsar, adiantadamente, o pagamento dos biscates. “Caçoavam” dos imigrantes (dos italianos em particular), não tanto porque trabalhassem duramente, mas porque se privavam de todo conforto – boa alimentação, vestuário decente, prazeres etc. – para “guardar dinheiro”. Por isto ou por aquilo, ocorriam com facilidade pequenas explosões. Contudo, os informantes brancos focalizam muito mais os efeitos negativos da irregularidade, do relaxamento e da displicência no trabalho, que os atritos. Somente um caso de certa gravidade foi apontado com ressentimento: o pai de um dos informantes, de origem francesa, montou um botequim, colocando à testa do mesmo um “preto de sua confiança”. Este “fez uma sujeira”, deixando o protetor sem nada. O negro seria dócil e prestativo, quando “bem tratado”; o mal estaria em que “ele não tem cabeça”. De fato, os atritos registrados envolviam, em regra, conflitos e expectativas de comportamento, tendo comumente por protagonistas negros ou mulatos jovens e representantes das famílias tradicionais. Ou a empregada “preta” queria que tratassem seu filho “como gente” ou ficava chocada com a desconsideração ostensiva no trato com os patrões, com seus filhos e com seus amigos; ou o trabalhador “preto” se ressentia com o “orgulho” dos patrões, dos colegas e dos fregueses. O resultado constante de tais atritos se cifrava no abandono imediato do trabalho, às vezes precedido de um desabafo emocional pelo “ofendido”. Esses destemperos eram facilitados pela propensão dos ex-senhores, mencionada tenazmente pelos informantes negros e mulatos, de se recusarem a pagar pelo “serviço de negro” ou pela inclinação alternativa de lhe atribuir um valor vil, em flagrante contraste com o que sucedia, em situações análogas, no intercâmbio com os estrangeiros. Isso criava, no ânimo do negro, a convicção de que os brancos de famílias tradicionais sentiam “ódio

dos negros” por causa da Abolição, e se vingavam deles, humilhando-os e substituindo-os, “de propósito”, pelos imigrantes.

É provável que tal coisa acontecesse em numerosos casos, pois alguns depoimentos de membros dessas famílias lembram reiteradamente a “ingratidão dos negros”, o seu “espírito interesseiro” etc. Todavia, um dos principais informantes do grupo negro demonstrou que o paternalismo tradicionalista ainda possuía enorme importância prática. Em suas explicações, ele separou “os negros da casa grande” dos “negros do eito”. Os primeiros teriam aproveitado “muita coisa” em contato com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras, imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em protetores quase certos. As mulheres, por sua vez, aprenderam muita coisa sobre a administração de uma casa, sabendo cuidar dos serviços domésticos, da cozinha à costura. Abolida a escravidão, esses elementos tinham maiores probabilidades de encontrar melhores colocações que os outros. A proteção do branco abria duas compensações fundamentais: a herança das roupas usadas; o “cartucho” para algum emprego melhor. O problema do vestuário era muito grave; sem boa aparência, o negro não podia pleitear uma colocação com perspectivas. No entanto, naquela época o negro “nem podia pensar em roupas de casimira”, por demais dispendiosas. Graças ao protetor branco, alguns herdavam até fraque e cartola, que usavam nas grandes festas. Doutro lado, o “pistolão” servia para abrir caminho para os melhores empregos que poderiam alcançar, nos escritórios ou, principalmente, no funcionalismo. Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Mas conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais. Por isso, pela década de 1920 esse estrato da população negra começava a aparecer como a elite de cor paulistana ou, na linguagem

do informante, “os pretos de salão”.

Os que saíram do eito, em contraste, sofreram terrivelmente com a Abolição e a fixação na cidade. “Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça. Eram os chamados *negros da lavoura*. Não sabiam ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Malvestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes”. Os homens e as mulheres desse segmento formavam a camada “mais desqualificada” e “paupérrima” da população negra. “Os que só se vestiam de brim e os que tinham menos traquejo na vida social e para o trabalho”. Iam com o mesmo terninho de brim surrado a toda parte, inclusive às festas, e enfrentavam enorme dificuldade para encontrar “bons empregos”, pelo menos no sentido em que os imaginavam como tais. “Não existia o *russo da prestação* e ninguém podia pensar em comprar a crédito, como hoje. Comprando a crédito, os negros hoje parecem todos iguais e com pouco dinheiro qualquer um pode vestir-se bem”. Conhecendo mal o branco, temiam se expor diante dele e se submetiam, passivamente, aos seus desejos. Não se arriscavam a pleitear empregos melhores nem a romper com as expectativas que condenavam o negro a uma vida dura, ingrata e sem compensações. Tímidos e ingênuos, preferiam sofrer calados e se isolar até dos companheiros mais bem-sucedidos.

É impossível determinar até onde os desajustamentos do negro e do mulato foram, de fato, regulados por suas ligações com o mundo dos brancos – com os seus valores, o seu estilo de vida e a sua influência. Uma coisa, porém, parece certa: nas migrações para a cidade, os negros com maior familiaridade e intimidade com as pessoas e o padrão de vida dos ex-senhores tinham maiores probabilidades de êxito. Ainda assim, o paternalismo já não podia preencher as mesmas funções construtivas que na antiga ordem tradicionalista. A questão é simples. No contexto social em transformação, o branco procurava, ansiosamente, liberar-se de todas as obrigações que pesavam, no passado, em suas relações com o escravo ou com o liberto. Esse foi o sentido moral do

processo abolicionista e sua forma histórica final. O negro entrou em plena posse de sua pessoa e da responsabilidade de cuidar de seus interesses ou de seu destino. As obrigações morais só foram redefinidas e aceitas de maneira ultrasseletiva. Do contrário, não haveria fortuna privada que pudesse suportar o peso do humanitarismo responsável, nem prestígio que fosse capaz de resistir a um tráfico tão grande de influências. O paternalismo das famílias tradicionais protegeu o negro, mas segundo regras estritas, impostas pelas circunstâncias criadas pelo regime de trabalho livre numa economia capitalista em crescimento. Doutro lado, esse critério perdeu sua razão de ser como forma normal de relação entre o branco e o negro, e sua inobservância devia ser acentuada numa cidade como São Paulo, na qual a crise do “antigo regime” foi mais extensa e mais rápida que em outras localidades do Brasil. No regime escravocrata, a proteção ao liberto respondia aos interesses senhoriais. Tratava-se de garantir a estabilidade e a expansão dos pequenos núcleos estanques ou interdependentes de trabalho livre, que não podiam ser exercidos, por ausência ou escassez de pessoal, por agentes brancos.^[101] Em tais condições socioeconômicas, era fácil regular os interesses das grandes famílias com a carreira dos libertos como assalariados ou semiassalariados. A eclosão em massa do ex-escravo como agente potencial de trabalho livre destruiu a aplicabilidade universal do critério e liquidou com sua eficiência como recurso de peneiramento socioeconômico. Dificilmente a persistência do paternalismo, na escala em que ela se deu e marcadamente como um processo de defesa da posição das grandes famílias na estrutura de poder da sociedade nacional, poderia beneficiar, em grosso, toda uma categoria de ex-escravos. Parece que, na verdade, os “negros da casa-grande” ou do “sobrado” tiveram certas vantagens relativas, por intermédio de suas ligações com os brancos, na competição por segurança com os “negros do eito” ou da “lavoura”. O que isso representou, como mecanismo de ajustamento do liberto ao mundo urbano, não pode nem deve ser exagerado. Cada família tradicional “protegeu” um número ínfimo de antigos ex-escravos ou libertos,

concebidos como “crias da casa”. O número deles, na cidade, também parece ter sido pequeno, particularmente em confronto com a massa de deserdados largada a seu próprio destino. Mais tarde, *esse pequeno número* irá desempenhar um papel histórico considerável, como foco de inconformismo e de agitação contra a situação do negro na sociedade paulistana. Mas isso também não seria motivo para justificar uma avaliação exagerada das influências do paternalismo como fonte de adaptação do negro às condições materiais e morais de vida, imperantes na cidade no começo do século XX. O que se evidencia é que existiam certas labilidades na ordem social, as quais favoreciam, de forma atenuadíssima e ocasional, indivíduos pertencentes a uma categoria social para a qual a sociedade de classes era “fechada”.

A insegurança e a insatisfação do negro e do mulato não provinham, apenas, das condições materiais de existência e da crise provocada pela quebra de sua integração ao mundo social e moral dos brancos. O trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens a um estado tal de dependência e de penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na “luta pela vida”. As informações são controvertidas, mas parece que não havia, no início, nenhum intuito de exploração sistemática das mulheres pelos homens. Essa condição acabou se transformando em rotineira na medida em que se perpetuavam as dificuldades dos homens em “arrumar um emprego permanente”, à altura de suas ambições, e em que a própria dependência econômica em relação à mulher foi aceita, consentida ou aprovada socialmente. As informantes mulheres esclareceram, com insistência, que grande parte dessas situações assumia caráter transitório, como uma forma passageira de cooperação dos casais amasiados ou casados. Não obstante, surgiu um incentivo favorável para a institucionalização e muitos homens passaram a negligenciar seu interesse por “ganhar a vida”, convertendo-se em dependentes sistemáticos da mulher em matéria de alimentação, alojamento e pequenas quantias para as despesas cotidianas. Doutro lado, a perpetuação dessa condição em grande número de casos favoreceu uma ampliação

do ócio em um meio no qual havia pouco o que fazer, construtivamente, com o tempo e com as energias humanas. Muitos homens se entregaram, assim, à ociosidade permanente e descobriram, no convívio com outros homens da mesma condição, um ótimo passatempo. As reuniões em pequenos grupos, pelas esquinas, e principalmente a concentração em botequins fizeram desse passatempo algo mais atrativo, do ponto de vista seja das relações de camaradagem, seja do prazer que se poderia retirar dessa rotina. A contrapartida moral dessa situação de dependência aparecia na desmoralização crescente do negro, primeiro no seu próprio estilo de vida, depois na consideração aberta dos brancos. Logo após a Abolição, não existia tolerância alguma para “reuniões de negros”. A polícia dispersava os magotes que se formassem por qualquer motivo. Temia-se pela “segurança da ordem” e pela “moralidade dos costumes”. [102] Aos poucos, evidenciando-se que os “pretos” não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a “tê-los de olho”, mantendo-os sob uma vigilância que sempre irritou os negros “ordeiros” e “trabalhadores”, criando para a mulher negra o tormento suplementar da suspeita de prostituição. Nesse clima, antigas prevenções ressuscitaram e agravaram ainda mais o drama moral dos negros. Uma das informantes [103] aponta-nos como velhos estereótipos foram revitalizados e como surgiram outros novos, que identificavam o “liberto” como “negro” e o “negro” como “vagabundo”, “desordeiro”, “cachaceiro”, “mulher à toa”. O terror diante do liberto e do alcance ou das consequências de suas agitações foi substituído por outra espécie de temor, que correspondia, literalmente, à redefinição do negro pelo branco. Já não aparecia como o “inimigo da ordem”, porque conspirasse pela liberdade; mas como uma ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas.

Ia-se tão longe, nesse caminho, que os abolicionistas autênticos se sentiam revoltados. “Depois da lei de 13 de Maio, escrevia *A Redenção*, [104] julgávamos que os pobres pretos podiam sossegar, constituir família, adquirir bens, e colaborar para a

riqueza da nossa pátria. [...] Enganávamo-nos redondamente”. Na mesma fonte, encontra-se uma menção ao desaparecimento de um português, vítima de violências em São Paulo. Ao mencionar o fato, incita o cônsul português a tomar as providências cabíveis, assinalando: “se ele fosse brasileiro e especialmente preto era caso de arrolhar-se o *fucinho* e não tratar de saber o destino que levou”. [105] Em outro comentário, sob o título “matar preto não é crime”, reprocham as autoridades pela “praxe introduzida há muito tempo”, segundo a qual não haveria crime na matança de negros. [106] Qualquer que seja a paixão que tenha inspirado essas manifestações, no conjunto se percebe que o negro perdera a segurança material e moral que porventura lograsse, como propriedade, no regime escravista. Mas não adquirira, senão parcial e imperfeitamente, a segurança material do trabalhador livre e estava longe de poder se garantir a segurança moral da pessoa, consagrada pelo código civil e pela Constituição republicanos. Mesmo tratando-se de uma reparação legítima, a iniciativa de se arrogar a proteção das leis podia ser frustrada. *A Redenção* relata um caso penoso, cujo desfecho testemunha, indiretamente, a violência humilhada e autodestrutiva com que o negro reagia contra essa posição marginal e ambivalente. Um operário negro, de boa situação econômica, recorreu à polícia para proteger os direitos de sua filha, que fora deflorada; não se tomou nenhuma providência, “só porque ela era negra e ele branco”. O homem se suicidou: “Benedito Fumaça, desgostoso de morar nesta terra, onde os pretos não têm garantia, apesar de serem homens honrados, não podendo suportar esta vida, vendo sua filha prostituída por não achar justiça nesta terra, resolveu matar-se”. [107] Doutro lado, havia quem compreendesse as raízes históricas dos males com que os negros se defrontavam e se condoesse das acusações que lhes eram lançadas. O seguinte comentário de *O Diário Popular*, [108] sobre a propalada mendicância sistemática da população negra, exemplifica a questão: “Raros, muito raros, são os mendigos pretos que se encontram nesta cidade. [...] E quando isso acontece não há que duvidar que são verdadeiros infelizes que gastaram a mocidade e as forças num

trabalho nunca pago e que se veem hoje sem arrimo. [Os mendigos] são todos estrangeiros e estrangeiros que não se inutilizaram aqui, estrangeiros que vieram de seus países chamados pela fama de nossa generosidade e que vieram dar uma nota negra à nossa vida ativa com o quadro triste de suas deformidades”. Contudo, a boa vontade e a solidariedade esporádica de alguns não tinham, de per si, o poder de salvar os negros de suas condições desorganizadas de vida nem dos efeitos delas na construção das imagens que iriam dar fundamento etnocêntrico à sua exclusão das oportunidades econômicas, sociais e políticas abertas pela ordem social competitiva.

O curioso é que tanto as reações dos brancos, quanto as dos negros *contra* essa situação assumiram franco caráter irracional, revelando um apego sociopático ao tradicionalismo. Na opinião dos brancos aristocráticos, mas tolerantes e simpáticos ao ex-escravo, estes não possuíam qualidades intelectuais e morais para conduzir sua própria vida. Daí, onde e quando não recebessem a orientação dos antigos senhores, tinham de sofrer e pagar um preço elevadíssimo pela liberdade. O seguinte testemunho, de uma informante anciã de família ilustre, documenta essa perspectiva. “Eu acho que os negros eram mais felizes no tempo da escravidão, especialmente quando tinham senhores bons. Tinham casa, roupa, comida, remédio e o trabalho não era tanto assim. Porque em geral os negros não têm cabeça para se dirigir sozinhos na vida. Veja por aí como eles estão!” Noutro passo do seu depoimento, afirma no mesmo diapasão:

Eu acho que os negros eram mais felizes naqueles tempos, eram organizados, trabalhavam, tinham casa, comida, cuidados médicos, tinham quem cuidasse deles. Nos domingos, em vez de ficar descansando e conversando, eles pediam para trabalhar na roça, para ganhar uns dinheirinhos. Muitos com esse dinheiro compravam a alforria, mas ficavam na fazenda. Outros compravam coisas na cidade. Agora, veja no que deram, veja em que situação estão. Negro não tem cabeça para se dirigir sozinho. Alguns têm, como a Q., que educou os filhos, como J. B., que ficou diretor de grupo, mas a maioria não tem.

O diagnóstico seria completo e verdadeiro se incluísse um elemento essencial: por que o negro “não tinha cabeça”? O que lhe faltava não era, propriamente, a continuidade da tutela dos ex-senhores. Era experiência e domínio das técnicas sociais e culturais do ambiente, de cujo uso se viram sempre privados, como *escravos*, e a cujo acesso se viam excluídos, apesar da liberdade, no meio urbano. Por isso, a opinião dos brancos envolvidos militantemente no processo abolicionista possuía bases mais realistas. Eles se opunham a essa visão deformadora do paternalismo tradicionalista, exigindo que se lhes dessem oportunidade real para andarem sobre seus pés, agirem segundo suas conveniências e pensarem pela própria cabeça. Em suma, pretendiam que o negro desfrutasse as mesmas regalias que os brancos em todos os terrenos, da vida econômica à vida política. Esse é o significado da cruzada democrática em que se empenhou Antônio Bento e alguns raros colaboradores, depois da Abolição. No entanto, o caráter irracional e tradicionalista das soluções defendidas surge em dois pontos. Primeiro, no apego utópico a fórmulas que só teriam sentido prático em outras condições socioeconômicas, supondo que o “atraso” do negro era herdado social e culturalmente (no que estavam certos), acreditavam que seria possível promover o “salto para diante” de um momento para o outro, pela organização de cursos ou a fundação de escolas destinadas aos libertos e a seus filhos.^[109] Não atentavam, porém, para o conteúdo e a amplitude da tarefa. Não bastava alfabetizar o negro ou prepará-lo, intelectualmente, para certos ofícios. Impunha-se prepará-lo para todas as formas sociais de vida organizada, essenciais na sua competição com os brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e lhe garantir, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. O projeto de “educar o negro”, mantendo-se as demais condições imperantes na sociedade paulistana,^[110] equivalia a deixar as coisas como estavam, malgrado o idealismo e as energias empenhadas na empresa. Segundo, o desencanto político arrostou Antônio Bento (e seus eventuais seguidores) a um estado de espírito de cunho

reacionário. Daí resultou uma pernicioso campanha contra as instituições republicanas e as autoridades que as representavam, que em nada auxiliava a integração do negro no regime de classes. Ao contrário, fomentava atitudes saudosistas, de identificação com a Monarquia, e certo desprezo pelas “leis da República”, incapaz de auxiliar o negro a se bater, desde logo, de modo direto, responsável e organizado por seus direitos como cidadão. A cooperação respeitável e íntegra que esse pugilo de idealistas dispensou à “raça negra” nem sempre serviu, portanto, à verdadeira causa que deveria absorver a atenção dos negros e mulatos: a assimilação, tão rápida quanto fosse possível, das formas sociais de vida que poderiam apressar e garantir sua participação crescente nos direitos e garantias sociais desfrutados pelos brancos.

Os informantes negros e mulatos deixam entrever, por sua vez, que houve relativa demora na formação de uma consciência independente e realista da situação em que se achavam. Os que se viam compensados pelo êxito obtido, por conta própria ou sob a proteção do branco, não sentiam obrigações morais perante a massa de companheiros largados na maior miséria e degradação. Revoltavam-se seguidamente diante de sua subserviência e passividade; e cuidavam, acima de tudo, de demarcar, nitidamente, a separação que já se esboçava entre a nascente “elite de cor” e os “negros reais”, empenhando-se em reproduzir como podiam o mundo dos brancos aristocratas da era da escravidão. Os outros, submergidos no submundo da ralé urbana, aguardavam a “segunda Abolição”. O seu único apanágio era a liberdade, com a qual não sabiam o que fazer, embora constituísse sua preocupação absorvente. Contrastando o presente com o passado, um dos informantes negros disse algo digno de nota: “Atualmente o preto dedica-se mais à instrução do que antigamente, pois, logo após a escravidão, o preto só pensava em *liberdade*”.[111] Como agente histórico privado de condições para se afirmar positivamente e canalizar construtivamente a sua afirmação, esse “preto” encontrava na liberdade plena, total e suicida – na liberdade polarizada negativamente: não fazer, não compartilhar e não identificar-se consigo mesmo ou com os outros

(fossem a “sua” mulher ou os “seus” filhos) – o único sentimento real e indestrutível de posse do ser. Entendendo-se devidamente essa gradação, que correspondia às perspectivas que se abriam aos “negros” que se classificavam socialmente, mediante profissões ou ocupações modestas, e aos que estavam condenados ao desemprego e à dependência, é possível perceber algo essencial. O negro que se integra à ordem social competitiva, mesmo em posições marginais ou secundárias, repudia as condições anacrônicas de existência, com todo o seu séquito de consequências letais; o negro que fica à margem da vida social organizada e de toda esperança sucumbe à própria inércia. Como acentuou o informante, jogando com o contraste já indicado:

[...] os pretos vindos da *casa-grande* desprezam, de certa maneira, os outros pretos que não têm os mesmos ideais de vida. Eles encarnam a “moral dos brancos”: querem vestir-se bem, querem subir, querem comportar-se como pessoas de responsabilidade. Sentem-se chocados e ofendidos com o modo de viver e as concepções daqueles pretos que são “largados”, pois têm medo que isso se reflita na ideia que o branco faz do preto. Veem nos companheiros de situação mais baixa ou inferior uma ameaça ao seu prestígio social, que depende do que os brancos pensam a seu respeito.

Esse distanciamento cultural fomentava certos atritos. O negro traquejado e envolvido na torrente da vida social percebe quando é “diminuído” ou “prejudicado” pelo branco. Conhece o “jogo dos brancos” e não se identifica com eles senão para se libertar melhor do seu jugo e atingir mais depressa os seus fins. Os outros, tímidos e inexperientes, ficam tolhidos, só vendo as coisas “tarde demais” ou preferindo “engolir em seco”. Como mantinham respeito exagerado ou temor pelos brancos, “acham melhor não protestar nem exibir seus sentimentos reais”. Em suma, um segmento pequeno e relativamente exclusivista da “população negra” se predispunha ao inconformismo construtivo e começava a forjar uma consciência realista da situação de contato, tendo em vista os interesses do negro nos processos econômicos, sociais e

políticos. Mas, por sua vez, afastavam-se da realidade e do presente. Ansiavam por um estilo de vida que não se coadunava sequer com os propósitos dos brancos estrangeiros, que construíam sua independência sem atentar para os padrões de decoro das antigas camadas senhoriais; e negavam, como os próprios brancos, sua solidariedade diante dos verdadeiros componentes da “ralé negra da cidade”, afastando-se e envergonhando-se dela, como se todos não tivessem um destino e uma causa comuns.

As avaliações pertinentes à situação do negro na época eram naturalmente elaboradas e difundidas pelos “negros letrados”, que pertenciam a esses ralos núcleos de “privilegiados” da população negra. Elas se mantiveram na tradição oral e revelam, a um tempo, certo teor inconformista e algum alcance fermentativo. Como acontecia com os brancos, sabiam e ressaltavam que “os negros não estavam preparados para a liberdade” nem para a transição brusca, que tiveram de enfrentar, da condição escrava para o estado de trabalhador livre e de cidadão. Mas focalizavam melhor o problema da transição e o que se poderia esperar do confronto do ex-escravo com o branco nas “condições de igualdade” com que contavam: quase doentivamente, ressaltam que o negro não encontrou nenhum amparo, oficial ou particular, enquanto o imigrante estrangeiro absorvia todas as atenções e recursos existentes. Por fim, quer recebessem ou não ternos e proteção pecuniária dos antigos senhores, tinham uma ideia clara a respeito da herança do negro: miséria, abandono e corrupção, encarados como uma retribuição injusta a quem fora o *construtor do “progresso econômico” do Brasil*, como agente de trabalho nos ciclos da cana, do ouro e do café. O curioso é que, apesar da natureza fermentativa e inconformista dessas avaliações, tomava-se a solução de Luís Gama como o procedimento que se deveria pôr em prática. Ora, Luís Gama só podia ter em vista a situação do liberto na sociedade escravocrata. Quando chegava a interferir no preparo do ex-escravo para os papéis econômicos ou sociais do liberto (e parece que isso só ocorria ocasionalmente), tinha diante de si uma ordem social ávida de reabsorver o agente de trabalho que se deslocara da posição de “escravo” para a de

“liberto”. A questão dos fundos a amealhar, em tais circunstâncias, afetava principalmente o preço do próprio escravo. A sua reeducação podia se fazer à custa dos interessados em seu trabalho; ou, em alternativas também documentadas, simplificava-se pela colaboração de amigos emancipacionistas, que alojavam e alimentavam os libertos durante algum tempo. Quando todos os “escravos” se converteram não em “libertos”, propriamente falando, mas em “homens livres” e, em seguida, em “cidadãos”, sob a concorrência intensa e aberta com outros agentes de trabalho, o problema assumiu uma complexidade que não possuía no seio da sociedade escravocrata. O aspecto curioso do processo de avaliação descrito consiste na preferência por uma solução anacrônica, que teve eficácia no âmbito da ordem social tradicionalista. Ele pressupõe uma incapacidade tremenda de tomar consciência das exigências da situação e serve como boa pista da derivação que se descobriu, no “meio negro”, para “explicar” a situação do negro – e não para “lutar” contra ela. Essa derivação *personalizou*, praticamente, os efeitos da destituição do escravo (que era, também, sob muitos ângulos, uma destituição dos libertos): os ex-senhores foram culpados, pessoal e diretamente, pelas desditas sofridas pela população negra. Vendo-se substituídos em escala coletiva e de maneira inapelável pelos estrangeiros, supunham que atrás de tudo estivesse o desejo de “vingança” ou o “ódio” dos senhores. Sem dúvida, os círculos dirigentes das camadas dominantes eram responsáveis por aquelas desditas, como tentamos mostrar. Contudo, não o foram no sentido apontado. A vontade pessoal dos fazendeiros, polarizada na direção de “auxiliar” ou de “prejudicar” os antigos “braços negros”, não teve influência relevante discernível no encaminhamento das forças históricas. O que teve importância real foi o egoísmo cego e exclusivista daqueles círculos, que pôs em primeiro plano a solução dos “problemas da lavoura”, ignorando-se tudo o mais – seja o destino dos libertos, seja até a questão das reparações.^[112] Ao objetivar pessoalmente uma espoliação social, os negros projetavam no passado tanto as causas quanto as soluções de seus problemas. Perdiam toda possibilidade de

uma consciência clara, objetiva e autônoma do presente, privando-se, ao mesmo tempo, das consequências positivas que isso teria para a ebulição de reivindicações de natureza revolucionária. Em outras palavras, as convicções nucleares que alimentavam as avaliações críticas dos círculos mais “realistas”, “independentes” e “insatisfeitos” da população negra não eram suficientes para criar um horizonte cultural próprio do “homem de cor livre”. Este continuou a se ver através das expectativas dos brancos e segundo os interesses ou os valores da velha estratégia de garantir a acefalização das massas negras por meio do peneiramento de reduzido número de candidatos negros ou mulatos à ascensão social. O efeito final de tudo isso é visível. Aqueles que se acreditavam parte de uma “elite negra” em gestação mostravam-se incertos quanto ao futuro e substancialmente pessimistas em sua concepção do mundo. Os demais, quer dizer, o grosso da “população negra” se entregava a um desencanto funesto, que não encontrava sequer compensações aleatórias e superficiais. O desalento mais atroz se apossara dessa gente, impedindo o aparecimento e o florescimento de disposições tão frequentes em populações migrantes e desenraizadas concentradas em “cidades grandes”: de se superar depressa, para sempre e por quaisquer meios um estado insatisfatório, penoso e deprimente de existência. Sem perspectivas de criar *para si* o “mundo do homem livre”, nada mais contava ou importava para a imensa maioria.

Os diagnósticos retrospectivos, feitos por informantes ou colhidos na documentação escrita do “meio negro”, retratam bem a persistência desses componentes da tradição oral. Vale a pena transcrever alguns trechos desses documentos, pois eles lançam enorme luz e dão amplo fundamento às interpretações expostas. Uma informante, que tem conhecimento exemplar do passado da coletividade negra em São Paulo, indaga:[113]

o que acontece com os escravos negros? Muito embora tivessem aceitado anteriormente todas as formas de opressão de que foram vítimas, após a Abolição, libertos, uma vez senhores de si,

de sua própria vontade, muitos dos que não sabiam para onde iam nem o que queriam, perderam a vontade dirigente, a iniciativa, autodireção. E, então, postados à margem da sociedade, vendo-lhes muitas vezes barradas todas as estradas, passaram a palmilhar o caminho do vício, do declínio, relaxaram-se, entregaram-se a um conformismo fatal e pernicioso. [...] E daí muitos negros encontraram a morte pelo excesso da bebida, pela falta de conforto dos mais comezinhos, pela fome e por outras misérias, oriundas da Abolição mal aplicada.

Outro informante,[114] baseado nas experiências da infância e nas lembranças das conversas com o pai, assevera que ouvira dos próprios abolicionistas negros que a lei de 13 de maio fora precipitada e que se devia, antes de promulgá-la, “primeiro educar o preto para viver em liberdade”. Este “não sabia viver em liberdade, nem conhecia o dinheiro”. No mesmo sentido, mas insistindo nas implicações jurídicas, esclarece outro depoimento:[115]

Efetivamente, senhores, com o decreto de 13 de maio de 1888, começou verdadeiramente, para a gente negra, o drama insolvido até hoje, drama de aspectos tragicômicos, que tem mantido o homem negro no mais fundo dos porões da degradação, sem luz e sem ar, embora com a liberdade, nos limites do poço, de ir para onde bem quiser. Suprimiram-lhes os castigos corpóreos e impingiram-lhe uma igualdade jurídica que, ainda agora, poucos conseguiram entender. E para recompensá-lo das cicatrizes indeléveis da escravidão, deram-lhe, às escâncaras, passagem gratuita para a subnutrição, para o envilecimento, através de símbolos hábil, sutil, maliciosamente e tacitamente arranjados pelos escóis dominantes de outras pigmentações, estereótipos que rondam e cercam cada negro ainda hoje, tenha este negro a força criadora, a impulsividade cultural, a robustez mental de um Machado de Assis, de um Juliano Moreira ou de um Teodoro Sampaio, seja esse negro um ignorado Bastião dos Anzóis Carapuças.

Houve, ainda, quem atentasse para as implicações econômicas do jogo político:

Sem excluir a responsabilidade moral da sociedade brasileira, o problema que aqui analisamos no seu aspecto econômico é de inteira responsabilidade do Estado. Proporcionando à sociedade um meio de enriquecimento ilícito [representado pela escravidão] e deixando ao abandono os elementos que contribuíram para esse enriquecimento, o Estado é duplamente responsável pelo nosso desequilíbrio social e político. Essa responsabilidade ainda mais se agrava se atentarmos que o Estado, além de se beneficiar com a manutenção da propriedade servil, procurou, após a Abolição, a melhor forma de recuperação para a sociedade que dela também se beneficiou, situação que em nada condiz com os princípios de igualdade jurídica inscritos em nossa Constituição. De fato, as providências tomadas a fim de prover a lavoura de novos braços, providências que nunca terminam, gastando-se com isso quantias fabulosas, deviam ter ditado aos homens responsáveis pelos destinos do país providências idênticas no sentido de amparar a grossa massa de trabalhadores libertos proporcionando-lhes também os meios necessários para a sua recuperação. Nada disso se fez e hoje, decorridos 63 anos, em uma época em que a estabilidade econômica é a base de todo progresso social, só nos resta, como pensava Tobias Barreto, uma segunda Abolição.[116]

Em documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente, encontra-se uma explicação geral do que se poderia entender como processo de “animalização” do negro pela escravização:[117]

[...] a degradação social do negro liberto perdura até hoje, como estigma quase irreparável que o impossibilita de se ombrear com a geração dos escravagistas. É o que isso significa em desequilíbrio na competição do negro com o branco, só aqueles que são marcados pelo ferrete indelével é que poderão aquilatar [...] a par desse esforço tremendo, o homem ia se animalizando. Sujeitando-se à dura condição de peça, a mente negra foi sofrendo uma espécie de atrofiamento, e foram essas almas que a Abolição veio encontrar. Os espíritos bem formados que compartilharam dessa magnífica parada de civismo extirparam um cancro horrendo do organismo social de nossa Pátria. Todavia, não se preocuparam com o órgão atacado, que no caso era o negro; não lhe fizeram um tratamento de cura absoluta. Preocuparam-se com a extirpação do tumor maligno e deixaram o local em que se situava sem

as necessárias providências de cicatrização. Assim, o elemento negro, sem um período de transição necessária à sua perfeita acomodação dentro da situação de homem livre, ficou na mais constrangedora das situações. Sem planos, sem objetivos, sem diretrizes, nada que lhe possibilitasse uma adaptação condizente, ingressou na nova condição. E, no entanto, malgrado o peso morto dos deficientes, o negro conseguiu adaptar-se. Venceu a lei apregoada pelos proclamadores do racismo e da superioridade racial.

Nesse contexto de ideias surgiu o conceito de “espoliação secular”, de que tem sido vítima o negro,[118] e se firmou a significação simbólica da data de 13 de maio como uma afirmação da liberdade do negro.[119] Mas ainda prevalece a convicção profunda e generalizada de que o negro “saiu da escravidão física para entrar na escravidão moral”[120] e que esta é mais difícil de combater, por não ser reconhecida e suscitar controvérsias até entre as suas vítimas. A complexidade das implicações da Abolição são tão grandes, que mesmo informantes identificados com o meio negro e com a luta contra o preconceito de cor emitem opiniões que envolvem diferentes graus de saudosismo. Um deles declarou, abertamente, que “nos tempos da escravidão, quando a gente tinha a sorte de encontrar um bom senhor, a gente era mais feliz”. Outro, intelectual e mais sutil, procurou explicar os fatos de tal modo que aponta o advento da República como uma vingança dos senhores de escravos. Em seu entender, “a monarquia foi melhor para os negros. Apesar das dificuldades que existiam à ascensão do negro, por causa da vigência da escravidão, durante a monarquia sobressaíram várias personalidades negras [...] Em todo o período republicano, não se sobressaiu nenhum grande homem negro. Os que são apontados”, se fizeram “no tempo da monarquia”. Parece-lhe que essa diferença é um produto da Abolição. Os ressentimentos criados prejudicaram os negros, pois os brancos passaram a preterir os negros e a dar preferência aos imigrantes, substituindo um pelo outro. “Em consequência, o negro se viu relegado a uma situação pior da que havia no tempo da escravidão. Ficou um deslocado na sociedade.” Em algumas manifestações da Frente

Negra Brasileira, essas críticas amargas são condensadas e ampliadas, aplicando-se por igual à orientação política e à politicagem da I República:

veio mais tarde a abolição da escravatura, o que era somente o princípio de solução do problema, que não pôde ser terminada por quem esboçara; seguiu-se logo depois a República, que entrou a dar atenção unicamente às questões econômicas imediatas e ao favorecimento irracional das imigrações ‘arianas’ para substituir o negro que era nossa mão de obra desprezada; e assim permanece de pé uma questão vital [...] E foi dessa forma que entrou o Negro, na república dos escravocratas antigos, a fazer parte ativa das ‘legiões eleitorais’, das ‘maltas e capangas’, dos ‘cabos fiéis e de confiança’ e outras catervas dos politiquinhos, para desta arte resolverem para os outros o ‘grave’ problema da ascensão política. [...] A constituinte dos teóricos de 91 igualou romanticamente no papel todos os Brasileiros, e viveu-se aqui durante quarenta anos atrás de ‘verdades eleitorais’ impossíveis... Não se viu (com a cabeça nos Estados Unidos e na França), que havia um problema social-nacional antes do problema político criado pelos próprios políticos. Pagava-se o *serviço* do Negro com aguardente e *liberdade*. [121]

A “espoliação secular” caminha pelo tempo; o negro que não está preparado para a liberdade continua escravo da ignorância e perpetua a sua servidão por meio dos seus filhos: “A geração que gemia na senzala, embriagada com a irônica liberdade com que lhe acenavam, atirou-se ao gozo das prerrogativas da sua libertação, sem capacidade para compreender a dura realidade da vida. Deram-lhe a liberdade física mas não lhe deram a liberdade moral e intelectual. Sem a capacidade de pensar e de agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa sequência progressiva?” [122]

Essa sondagem das opiniões dos contemporâneos era necessária. A escravidão está no próprio cerne do destino do negro na cidade de São Paulo – não a escravidão que foi destruída de repente, pela transformação da ordem legal, mas a escravidão que ficou dentro dos homens. Impunha-se estabelecer com nitidez os traços desse quadro

complexo, que evidencia a historicidade da noção de *Segunda Abolição* e o fator humano de que ela depende – o negro em luta com sua herança social e cultural, construindo a sua história e determinando a significação que a liberdade deve ter em sua vida. Desse ângulo, o momento histórico-social focalizado não representa, apenas, o começo de uma aniquilação do negro; ele é, antes e acima de tudo, a primeira experiência crucial do negro com o significado, o uso e as funções da liberdade como uma dimensão do horizonte cultural e da organização do comportamento social do homem livre. Ninguém pode negar ou, mesmo, atenuar o caráter impiedoso e brutal dessa experiência. Mas ela pôs à prova aqueles que escolheram a liberdade pelo caminho mais difícil, na sociedade brasileira da época, sem possuírem os atributos psicossociais e morais do homem livre. A importância de ligar o passado e o presente, nesta análise, está no fato de essa ligação indicar, precisa e claramente, que uns sofreram o impacto terrível da interação de uma herança sociocultural imprópria com um meio social adverso, enquanto outros extraíram desse impacto uma consciência histórica que converte o homem em agente de sua liberdade. O que podia parecer um fim era um começo. Só que as coisas não se passaram como previam os ideólogos do abolicionismo. A “redenção”, nome simbólico que alia os brancos aos negros, por intermédio de Antônio Bento, seria algo que os últimos teriam de lograr sozinhos. Nem o espírito prático mais penetrante, nem o ardor democrático mais extremado, nem o idealismo mais puro dariam ao branco imaginação para perceber a realidade do *drama do negro brasileiro*, como ele se exprimia na cidade que democratizou mais depressa seus padrões e seu estilo de vida social. A ideia de uma *Segunda Abolição*, com o conteúdo, a amplitude e a profundidade com que ela se apresenta na consciência do negro e do mulato de São Paulo, pareceria um absurdo e um jogo vazio de palavras para o senso comum do branco. Só por meio do próprio “negro”, no processo de transformação de seu modo de ser e de interagir com a sociedade paulistana, seria possível determinar o sentido dessa ideia e, portanto, o que o sombrio período de desorganização pessoal e social representa como uma etapa da

árdua luta do “homem de cor” pela liberdade.

Tudo isso permite concluir que a cidade não foi especialmente “desumana” ou “hostil” ao *negro*. Ela repeliu, neste, o “escravo” e o “liberto”, por não possuírem os atributos psicossociais requeridos para a organização do horizonte cultural e do comportamento social do homem livre. Na medida em que o negro só sabia se afirmar como “escravo” ou como “liberto”, embora desejando ser outra coisa, ele só agravou as condições de vida anômica da senzala, transplantando-se para a cidade. Deu, mesmo, a essas condições de vida anômica as terríveis proporções e o grau de persistência que o fenômeno atinge nos aglomerados urbanos médios e grandes. Por isso, até aos olhos do negro a comparação entre a “vida na cidade” e a “vida no cativo” favorece a escravidão. É provável que não contemos com outro exemplo tão dramático de desorganização da personalidade, da sociedade e da cultura no Brasil. Porque, ao contrário de outros segmentos étnicos, o “escravo” e o “liberto” se envolveram na teia dos valores sociais e morais do branco. Eles se projetaram na cena histórica como “gente”, ávidos de liberdade e de igualdade, em rebelião surda e informe por uma existência idêntica à dos brancos que contavam, ou seja, os senhores. O desalento e a desilusão do negro conduziram, assim, ao seu primeiro tirocínio com a liberdade. “Ele vergou, mas não quebrou a espinha”: orgulhosamente, teve coragem de optar entre a fome, a miséria e a humilhação e a continuidade disfarçada mas indefinida da antiga escravidão. É verdade que, em seguida – como se verá adiante –, a perpetuação das condições anômicas de existência imprimiu outro sentido a essa opção, convertendo o desempregado ocasional em vagabundo sistemático, o ladrão fortuito em ladrão profissional e assim por diante. Foi graças ao peneiramento constante de uma “elite negra” que essa consciência histórica, confusa e desorientada no início, clara e ordenada depois, não se perdeu. Mas o fato essencial é que a cidade pôs à prova os anseios de libertação do negro e que as suas dramáticas experiências, apesar dos aspectos negativos, não deixaram de ser um exercício nos domínios da liberdade.

É preciso que se atente, porém, para um fato capital. Ao contrário de povos ou de camadas sociais que passaram por experiências históricas análogas, a desorganização da vida do negro não aparece como uma condição prévia e um requisito da alteração do horizonte cultural, da personalidade e do comportamento social. Nada, definitivamente nada, vinculava axiológica e congruentemente o negro à sua herança sociocultural, de que era portador contra a vontade. Seus anseios propendiam para a assimilação imediata da herança sociocultural alternativa, dos homens livres e poderosos, valorizada por ele consciente e axiologicamente, e a rápida integração na sociedade que aqueles homens constituíam. O que quer dizer que a desorganização da vida do negro se prende, diretamente, à dupla impossibilidade – de abandonar, subitamente, os traços culturais herdados da escravidão; e de contrair, prontamente, os padrões de comportamento valorizados. Esse desfecho se explica por duas circunstâncias concomitantes: 1a – a distância histórica que separava o conteúdo e a organização do horizonte cultural do negro das exigências psicossociais da situação de contato inter-racial; 2a – as reduzidas possibilidades existentes de envolver na torrente social, na escala de “grandes números”, personalidades a um tempo tão rústicas e tão ambiciosas ou orgulhosas de sua dignidade.

À luz dessas considerações, seria preciso situar duas questões gerais. Primeiro, a de saber se, na verdade, a cidade repeliu o “negro” como tal. Segundo, a natureza das tendências sociodinâmicas, imanentes à interação do “negro” com as forças psicossociais e socioculturais do ambiente.

Quanto à primeira questão, parece óbvio que o sentido da repulsão apontada não é propriamente “racial” nem “antirracial”. O isolamento econômico, social e cultural do “negro”, com suas indiscutíveis consequências funestas, foi um “produto natural” de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre. Ao recusá-la, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o “escravo” ou o “liberto”. Somente em condições de desagregação suave do “antigo

regime” e de formação lenta da ordem social competitiva – mantendo-se constante certa taxa de procura de braços – seria possível assimilar o “liberto” de modo imediato e haveria necessidade de preparar o “escravo” para esse fim. Como foi assinalado anteriormente, as coisas se passaram, na cidade de São Paulo, com extrema celeridade. Não só as técnicas sociais e os valores morais do estilo pré-capitalista de vida entraram em colapso quase instantâneo. A organização dos fatores do crescimento econômico e do desenvolvimento social partia de tal nível de integração histórica que destruía qualquer intercâmbio estreito e produtivo entre o “presente capitalista” e o recente “passado rústico”. Sob este aspecto, a referida repulsão tinha, apesar das aparências, um significado positivo. Representava uma exigência e, sobretudo, um desafio ao “negro”, para que se despojasse da *natureza humana* que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psicossociais e morais do “chefe de família”, do “trabalhador assalariado”, do “empresário capitalista”, do “cidadão” etc. Entenda-se que, sociologicamente, a exclusão teria caráter especificamente racial se o negro ostentasse essas qualidades e fosse, não obstante, repellido. Os dados expostos sugerem o inverso. Em proporção com a posse de rudimentos desses atributos ou em que se revelasse capaz de adquiri-los com certa intensidade, o “negro” encontrava o caminho aberto, classificando-se socialmente. Desse ângulo, a ascensão do “negro” se tornou, para ele, desesperadamente insatisfatória e lenta. Mas concorreu para que os vestígios da sociedade de castas desaparecessem sem deixar como resíduo seus princípios sociodinâmicos[123] e, concomitantemente, para favorecer a integração do negro sem conflitos violentos com outros grupos étnicos.[124]

Quanto à segunda questão, parece patente que o “negro” recebeu a exclusão como uma afronta humilhante. Embora só conseguisse compreendê-la e explicá-la parcialmente, teve a sabedoria de preservar e até de fortalecer suas identificações com a ordem social existente e com os alvos decorrentes de sua ambição de se classificar dentro dela. Aos poucos, foi aprendendo a “ter cabeça” e a lidar com a liberdade de

maneira menos destrutiva. Ainda no primeiro quartel do século XX, procurará rever o conteúdo de suas aspirações, tentando se lançar na torrente social com um espírito mais realista e sob inspirações que relegara antes, como “indignas” ou “deprimentes”. A sua tragédia lhe abriu os olhos tanto para as consequências deletérias do “mau uso” da liberdade, quanto para os dilemas da integração social. Compreendera, afinal, que sem assimilação prévia de modelos de comportamento social que eram levemente rejeitados, pois pareciam uma cadeia, ficaria eternamente à margem da prosperidade geral. A seguinte reflexão de um dos informantes mais lúcidos do meio negro[125] esclarece suficientemente esse aspecto: por volta de 1927-1928, já se havia percebido o “erro” “de não ter imitado o imigrante, ao ter este último passado necessidade e alimentando-se mal – fato de que o negro caçoava. Nessa época, os italianos eram donos de todo o Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda-livros, alfaiates, marceneiros, ou tinham pequenas casas de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade econômica. O *Clarim*[126] chamou a atenção para este fato muitas vezes”. É dispensável insistir no assunto, que será examinado em outras partes deste estudo. O que é preciso reter se reduz a uma verdade simples e quase banal: para se expurgar de uma herança cultural perniciosa e se converter em *homem livre*, o “negro” precisava viver em liberdade. Se chegou a usar essa liberdade contra si, isso aconteceu porque não sabia proceder de outro modo. Na sociedade escravocrata, não tivera a oportunidade de descobrir que a liberdade, concebida como um fim em si mesma, devasta e aniquila, escravizando os homens aos seus apetites e às suas paixões. Aos poucos, iria se erguer do sofrimento e da humilhação, senhor de sua vontade: cada vez mais apto a empregar, responsável e construtivamente, o seu poder de decisão, forçando-se a substituir o *deixar de fazer* pelo *fazer algo* na direção socialmente possível (ou desejada).

Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psicossociais do negro recém-egresso do cativo é deveras

importante para se entender não só o que “foi” mas, também, o que “viria a ser” a situação do “negro” na ordem social competitiva. De um lado, a repulsão que se encaminha, por vias tortuosas e íngremes, para a integração social. De outro, o desajustamento estrutural que conduz, pela vitória paulatina do *homem negro* sobre si mesmo e sobre as adversidades do ambiente, ao aperfeiçoamento contínuo das aptidões adaptativas, do equilíbrio da pessoa e da assimilação de formas sociais mais e mais complexas. Sem exagero, esse período da história social do “negro” na cidade de São Paulo merece ser considerado como o dos *anos de espera*. Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o “negro” a se vencer e a se sobrepujar, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o “negro” descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história.

[1] Uma parte dos materiais havia sido levantada anteriormente, em 1941-1944 ou 1949-1951, por alunos ou ex-alunos de Roger Bastide ou do autor.

[2] Dispensamo-nos de fazer indicações pertinentes às técnicas de investigação realizadas porque o assunto foi amplamente ventilado no projeto da pesquisa, redigido pelo autor: ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *O preconceito racial em São Paulo*. São Paulo, Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, 1951 (reproduzido no apêndice de *Negros e brancos em São Paulo* [São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959], dos mesmos autores). Dados referidos no texto sob a notação “depoimentos feitos em público” foram colhidos graças à aplicação da técnica de observação em massa em situações grupais.

[3] O que não impede que alguns segmentos da “população de cor”, mais avançados na integração à ordem social competitiva, participem das pugnas e dos debates travados na sociedade inclusiva, em torno dessas opções.

[4] A exemplo do que ocorreu em vários países europeus, em face de consequências análogas que afetaram o antigo servo da gleba (ver PIPKIN, C. W. Poor law. *Encyclopaedia of social sciences*, v. XII, p. 230-234, em que se encontra boa referência bibliográfica sobre o assunto).

[5] Ver *Obras completas de Rui Barbosa*, v. XI – 1884, tomo I, edição do Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1945 (introdução de Astrogildo PEREIRA, p. XXXVII-XXXVIII.)

[6] Eis como Ezequiel Freire descreve a ocorrência: “Um dia, faz 8 anos, estávamos no escritório de Luís Gama, onde também viera um preto fugido apresentar pecúlio e pedir para a sua libertação o auxílio nunca negado daquele outro preto de coração de ouro. Com pouco, a convite de Luís Gama chegou o senhor do escravo, de quem Luís era amigo.

Ao ver o seu negro: – Que mal te fiz eu, rapaz? – diz o senhor. – Pois não tem boa cama e boa mesa, roupa e dinheiro? Queres então deixar o cativeiro de um senhor bom como eu, para ires ser infeliz em outra parte? Que te falta lá em casa? Anda! fala!

E o negro, ofegante, cabisbaixo, calava-se.

– Falta-lhe – responde gracejando Luís Gama, dando uma palmada de amigo no homem de sua cor –, falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...” (A *Província de São Paulo*, 13 nov. 1887).

[7] Tomando-se as coleções de *A Província de São Paulo* e do *Correio Paulistano* de 1887 e de 1888, por exemplo, é possível acompanhar como esses assuntos – a libertação com cláusulas condicionais, primeiro, as indenizações e os auxílios para a lavoura, depois – impregnavam fundamente os debates e as atividades políticas das camadas dominantes. Por fim, prevaleceram os interesses econômicos e políticos dos fazendeiros mais prósperos, concentrando-se os debates e a aplicação de recursos oficiais em medidas para intensificar a imigração.

[8] Ou seja, a partir da década de 1880, de acordo com a conhecida caracterização de NABUCO (ver *O abolicionismo*, p. 4). As coleções de jornais mencionadas na nota anterior contêm informações que fundamentam cabalmente a afirmação.

[9] A explanação geral condensada aqui se fundamenta em dados expostos em outra análise do autor (ver “Do escravo ao cidadão”, principalmente; e “Cor e estrutura social em mudança”, caps. I e II da obra escrita em colaboração com Roger BASTIDE, *Branco e negro em São Paulo*. Em alguns pontos, também foram aproveitados dados e conclusões de duas obras recentes: BRUNO, E. da S. *História e tradições da cidade de São Paulo*, 1954 (esp. cap. VI); e MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*, 1954. (esp. p. 179 et seqs.). Essa explanação encontrou importante confirmação e alargamento, doutro lado, nos resultados a que chegaram Octavio Ianni (ver *As metamorfoses do escravo*, 1962, esp. caps. V e VII) e Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, 1962, esp. caps. V e VI), no estudo sociológico de fenômenos análogos em Curitiba e Porto Alegre, respectivamente.

[10] Veja-se BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 31; levando-se em conta os dados do censo de 1804, teríamos 53,6% de negros e pardos na população da cidade; segundo o censo de 1836, a proporção desse elemento na população global seria de 53,7%.

[11] BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 41.

[12] *Ibid.*, p. 41.

[13] *Ibid.*, p. 41. (Nos cálculos usamos as indicações fornecidas pelo censo de 1886, que dá 12.290 estrangeiros para a cidade, deduzindo desse total os 205 africanos arrolados como “estrangeiros”).

[14] Ver esp. as implicações da análise da estrutura ocupacional da cidade de São Paulo em 1872, feita em BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., pp. 42-46.

[15] *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Ministério da Indústria e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística, 1898 (dados enumerados de acordo com as especificações tomadas na fonte).

[16] *Relatório apresentado ao cidadão dr. Cezario Motta Júnior, secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição da Estatística e Arquivo dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894. Na apreciação desse recenseamento, é preciso não esquecer que os seus resultados surpreenderam os próprios organizadores, cujas previsões eram mais otimistas (ver esp. pp. 64-66); e que os censos de 1886 e, em particular, de 1890 sofreram sérias restrições por serem incompletos (ver comentários de Lowrie, S. “Fontes bibliográficas das estatísticas de população no estado de São Paulo”. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, no 1, pp. 76-77). Os dados do censo de 1890, concernentes à população estrangeira em São Paulo (no estado e na capital), são notoriamente inferiores

às indicações sobre as entradas e a fixação de imigrantes.

[17] PIZA, A. T. Op. cit., p. 71. (Note-se que, pelos cálculos, 490 estrangeiros eram “indivíduos de cor”, presumivelmente de origem africana.)

[18] Ibid. pp. 71 e 72; na relação, foram omitidos os grupos nacionais pouco numerosos na ocasião.

[19] N. S. do Ó, Penha e São Miguel. Dados extraídos de PIZA, A. T. Op. cit., pp. 68 e 71-72.

[20] Id.

[21] Abrangendo artesãos e artífices em geral.

[22] Nos cálculos para esta exposição deixamos de lado o pessoal ocupado em atividades pastoris.

[23] Malgrado as insuficiências e limitações dessa assistência, bem conhecidas mas que só eram patentes aos olhos dos imigrantes e de pequenos círculos nacionais mais avançados.

[24] Carta do conselheiro Paula Souza ao dr. César Zama, escrita em 19 de março de 1888 e publicada em *A Província de São Paulo*. 8 abr. 1888. A sua transcrição, quase na íntegra, explica-se pela riqueza de gradações das informações prestadas. A parte que deixei de transcrever, pertinente ao trabalhador nacional, vem citada adiante (ver nota 63).

[25] Seria preciso muito espaço para enumerar a documentação existente; veja-se, por exemplo, as informações consignadas em *A Província de São Paulo*, editorial estampado no número de 24 de janeiro de 1888 (do qual foi extraído o último trecho transcrito; e, como exemplo, também os números de 23 fev. 1888; 10 abr. 1888; e 1 maio 1888; *O Correio Paulistano*, esp. números 15 set. 1887, 30 out. 1887, 16 nov. 1887 e 18 jan. 1888; 31 jan. 1888 e 1o fev. 1888).

[26] MORAIS, E. de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, p. 308 (em que fornece indicações complementares sobre o comportamento dos fazendeiros paulistas, na ocasião).

[27] Nesses tópicos, foram resumidas informações coligidas por Maria Izaura Pereira de Queirós e Antonio Candido de Mello e Souza para o professor Roger Bastide; ou levantadas pelo próprio autor junto a informantes negros. Foi da maior valia, nesse sentido, a colaboração do senhor Mário C. Costa.

[28] COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*. p. 48.

[29] Ibid., p. 56.

[30] COUTY, L. *Le Brésil em 1884*, p. 15.

[31] Ibid. Ver esp. pp. 20, 112 e 125-126.

[32] “O escravo por força das coisas compara-se com o trabalhador livre; mede a distância profunda que o afasta dele; compreende, então, a humildade de sua posição, sem que lhe sorria ao longe a esperança de melhores dias; e dessa sua situação desanimadora nascem todos os desatinos de que é capaz uma organização grosseira, todas as reações de que pode lançar mão um homem que se sente vilipendiado por

uma sorte inflexível.

Isto significa claramente que ao pé do trabalhador livre e remunerado, ao pé do imigrante, é impossível o trabalho gratuito, o trabalho escravo, feito para gozo exclusivo dos proprietários; que a imigração, como instituição social, repele irresistivelmente a instituição servil; que aquele grande fator do nosso progresso torna impossível o escravo.” (*O Correio Paulistano*, 13 nov. 1887). Por “horror ao trabalho”, os escravos “fogem e abandonam os estabelecimentos agrícolas, porque seu espírito, que também acompanha a evolução, já não compreende trabalho sem remuneração; porque sabe que o colono, que não tem mais força muscular nem mais aptidão que ele para o serviço da lavoura, forma pecúlio, tem gozos e vive muito melhor [...]. A raça negra é capaz de todos os sentimento nobres, como as raças civilizadas”. (*O Correio Paulistano*, 16 nov. 1887). Sobre o assunto, veja-se, ainda: SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p. 315-316.

[33] Ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Op. cit., p. 51 *et seqs.*, principalmente as fontes citadas em notas de rodapé.

[34] Número de 30 out. 1887.

[35] *O Correio Paulistano*, 11 nov. 1887.

[36] Ver Antônio Prado no *Império e na República*. Seus discursos e artigos coligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1929. pp. 245 e 33.

[37] Id., p. 267.

[38] Id., pp. 282-283 e 286. Note-se que Antônio Prado pensou em medidas para fomentar a fixação dos imigrantes na agricultura (ver pp. 289-290) e se recusou obstinadamente a fixar normas nem sequer para obrigar os libertos ao trabalho agrícola (ver pp. 306-308).

[39] ABRANCHES, D. de. *O captiveiro* (Memórias), pp. 226-227; adiante, refere-se ao ódio e desprezo do paulista contra o negro, vendo aí a causa para a diminuição dos “homens de cor” em São Paulo (ver p. 228).

[40] Ver “L’immigrazione italiana dal 1886 all’oggi. Il Lavoro nelle ‘fazendas’ e la formazione della piccola proprietà.” Em: *Cinquantani di lavoro degli italiani in Brasile*. v. I. São Paulo, Lo Stato di S. Paolo, Società Editrice Italiana, 1936, p. 72.

CENNI, F. *Italianos no Brasil*, pp. 164-165.

[41] Ver esp. “Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província exmo. sr. dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888”. São Paulo, 1888, pp. 22 e 64-65, discurso de Almeida Nogueira na Assembleia Provincial, *O Correio Paulistano*, 8 abr. 1888 (no qual são enumeradas como desfavorecidas as regiões do Nordeste e do Sul).

[42] TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*, v. 7, p. 463.

[43] Aliás, L. Couty viu muito bem a natureza institucional desse fenômeno socioeconômico. Por isso, salientava, com argúcia, que “não se trata mais de saber como se libertará os negros, mas antes de descobrir como substituí-los; e, se é fácil suprimir o escravo, ninguém sabe como organizar a mão de obra livre” (*L'esclavage au Brésil*, p. 33). O mesmo tema foi retomado em outra obra, na qual demonstra que não estava em jogo a pura substituição de homem por homem, mas a alteração das bases materiais e morais, de organização do trabalho agrícola (Id., *Le Brésil en 1884*, pp. 125-126).

[44] O censo de 1886 permite acompanhar os principais aspectos dessa correlação nos fins do século XIX (ver *Relatório apresentado ao exmo. sr. presidente da província de São Paulo pelos senhores dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves (presidente), dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolfo Augusto Pinto, Abílio Aurélio da Silva Marques*. São Paulo: Leroy King Book-Walter, Tip. King, 1888. pp. 53-56 e 23-24); combinando-se os resultados dos dois estudos seguintes, é possível aventar algumas hipóteses a respeito da relação geral entre o desenvolvimento econômico de São Paulo e os movimentos demográficos em que estavam envolvidos imigrantes, negros e mulatos: MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3a ed., revista e aumentada, v. XXV da Coleção do Departamento de Cultura, São Paulo, 1941. pp. 7-70; Lowrie, S. O Elemento Negro na População de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV, v. XLVIII. São Paulo, junho de 1938. pp. 5-56.

[45] Província ou estado, dependendo do período de tempo que se tome como ponto de referência.

[46] WERNECK, F. P. de L. (Barão de Paty de Alferes). *Memória sobre a fundação e o custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, pp. 22-23.

[47] Ver BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, p. 88.

[48] Le Comte Auguste von der Straten-Ponthoz. *Le budget du Brésil, ou recherches sur les ressources de cet empire dans les rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration*. Paris: Librairie d'Amyot, Editeur, 1854. (3 v.; v. III, pp. 116-117).

[49] COUTY, L. *Le Brésil en 1884*, p. 141-154. Para apreciar o debate do assunto em São Paulo: veja-se *A Província de São Paulo*, 13 nov. 1887, transcrição na Seção Livre de trechos do trabalho de Antonio de Campos Serra, lavrador de Descalvado. Doutra lado, as práticas da lavoura escravista criaram vários obstáculos à transição para o novo regime de trabalho, como o demonstra VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, pp. 56-59.

[50] Artigo publicado em *A Província de São Paulo*. 15 out. 1887.

[51] *A Província de São Paulo*. 1o out. 1887 (transcrição de artigo publicado originalmente pelo *Diário de Notícias*).

[52] Ver a análise da questão da mão de obra agrícola em São Paulo feita por Pierre Denis (*Le Brésil du XX o siècle*, pp. 118-156).

[53] DENIS, P. Op. cit., p. 129.

[54] A República tomou a si essa tarefa; mas a regulamentação jurídica resultante se manteve, na prática, letra morta durante muito tempo, por conhecidas razões predominantemente econômicas, sociais e culturais.

[55] Sobre as implicações ou consequências econômicas e sociais da destituição do escravo sem nenhuma espécie de reparação ou garantia socioeconômica, ver SIMONSEN, R. As consequências econômicas da Abolição. *Revista do Arquivo Municipal*. Ano IV – v. XLVII. São Paulo, maio de 1938. pp. 257-268 (transcrito do *Jornal do Comércio*, 8 maio 1938).

[56] Entenda-se que essa afirmação não é feita com o intuito de excluir a existência e a predominância dos capitais estrangeiros no aludido processo. Ela se refere, tão somente, ao modo de operar e ao estilo das relações de heteronomia econômica, vinculadas aos negócios do café, os quais incluíram a “praça brasileira” nas principais operações de financiamento e de comercialização da safra, estocagem ou exportação dos produtos.

[57] Ver esp. MONBEIG, P. *La Croissance de la Ville de São Paulo*, esp. cap. III, pp. 27-31. MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole*, esp. pp. 183-185.

[58] Tal coisa ocorria até na própria organização do trabalho agrícola, como o demonstram as críticas feitas por João Pedro da Veiga Filho à persistência das “velhas usanças” e da “rotina” tradicionalista na lavoura, após a implantação do regime de trabalho livre (veja-se *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, esp. pp. 56-59).

[59] Sergio Buarque de Holanda também pôs em evidência os novos traços de fazenda de café como empresa econômica; no entanto, tenho a impressão que exagerou suas influências urbanizadoras, imputando às fazendas de café efeitos da organização e do desenvolvimento do próprio espaço social urbano (ver *Raízes do Brasil*, p. 256 et seqs.).

[60] Alguns aspectos da persistência do antigo regime e da dominação patrimonialista são descritos por LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*; e por QUEIRÓS, M. I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. Em: *I.N.E.P. – Anhembi, Estudos de sociologia e história*. São Paulo: Ed. Anhembi Ltda., 1957. pp. 194-301.

[61] Muitas vezes, pertencentes a antigas famílias paulistas que desfrutavam de consideração e de prestígio, embora desprovidas de riqueza, na antiga sociedade estamental e de castas. Ou, então, recrutados nas levas de brasileiros de todos os recantos do país, que tentavam a sorte nas regiões prósperas, contando com

alguns recursos econômicos, eventualmente, e com certas reservas de talento. Pelas estatísticas de A. de Toledo Piza, percebe-se que este elemento tinha alguma significação na vida econômica e social da cidade de São Paulo no começo do século (ver quadro especial no *Relatório apresentado* etc., loc. cit.).

[62] Sobre a organização da família brasileira tradicional e as funções de seu “núcleo legal” e de sua “constelação periférica”, conforme SOUZA, A. C. de M. e. *Brasil: portrait of half a continent*, cap. 13, pp. 291-312.

[63] Alguns autores ressaltaram esse fato, em outros termos: TEJO, A. de L. *Retrato sincero do Brasil* (contribuições de Joselino Alves de Camargo Jr., pp. 153-170; e de Edison Carneiro, p. 237); Astrogildo Pereira, prefácio de *Obras completas de Rui Barbosa*, v. XI, p. XXVII-XXVIII. Em termos mais amplos, BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*, caps. I e II; CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, cap. VI; IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*, caps. V e VI.

[64] Essa relação do branco inconformista com o negro e com os padrões de dominação racial existentes fazia parte da organização dos movimentos. abolicionistas e, portanto, da consciência que os seus líderes tinham do alcance revolucionário do abolicionismo. Até hoje, o melhor documento a respeito é o cap. III de *O abolicionismo*, em que Joaquim Nabuco discute a natureza e as implicações do “mandato da raça negra”, que obrigava o branco solidário mas que constituía, por sua própria essência, um mandato delegado de modo inconsciente pelo escravo e pelo ingênuo. O noticiário de *A Província de São Paulo* e de *O Correio Paulistano*, especialmente de 1887 em diante, revela que a indiferença ou a solidariedade diante das fugas em massa possuía a mesma motivação. Até a polícia, o Exército e a Justiça se recusavam a intervir, para resguardar os “interesses negreiros”, porque estava claro que a liberdade do escravo e do ingênuo ia suprimir a escravidão, sem modificar as relações recíprocas das “raças” em presença e sua posição na estrutura da sociedade. O leitor encontrará em Pedro Calmon (*A Abolição, Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, maio de 1938. Ano IV, v. XLVII. pp. 127-146) uma caracterização histórica do abolicionismo como ideologia dos círculos aristocráticos da sociedade brasileira; e em Paula Beiguelman uma análise sistemática dos componentes ideológicos e políticos do abolicionismo (ver *Teoria e ação no pensamento abolicionista*).

[65] Conforme referências apontadas anteriormente, em especial na nota 29. As duas polarizações das expectativas (na direção do branco da camada dominante e na do imigrante) são retidas na seguinte frase, colocada na boca de um escravo: “Senhor é bom, não nos maltrata, mas senhor que ficou rico e feliz, dá terras ao estrangeiro, paga-lhe o serviço e deixa-nos como dantes” (*A Província de São Paulo*, 9 nov. 1887).

[66] Aliás, pela carta do conselheiro Paula Souza, obtém-se a informação de que o trabalhador nacional

praticamente era assalariado como *substituto do escravo*, na fase de transição, sendo-lhe até destinados os alojamentos daquele: “Muita gente que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido acomodam-se perfeitamente nas antigas senzalas dos escravos. As minhas são, na verdade, boas, mas foram feitas em forma de quadrado – forma repugnante até aqui. [...] Continua a mesma forma, posto que sem fechadura, e eles hoje até acham preferível o quadrado, porque nele recolhem os seus mantimentos sem receio do dano dos animais. Meu quadrado é um grande pátio, cercado de casas brancas e limpas, cujos pontos pretendo agora abrir para o lado de fora.” Quanto ao pagamento dos trabalhadores, assevera: “É também preciso que os teus patrícios saibam que o trabalho livre não é tão caro, como a princípio parece. Este ponto foi a minha maior surpresa na transformação por que passamos” (“Carta ao doutor César Zama”, publicada em *A Província de São Paulo*, 8 abr. 1888; o restante da carta, relevante para este trabalho, foi transcrito anteriormente, pp. 37-40. A respeito do pagamento do trabalhador livre em geral, vejam-se as afirmações de L. Couty pertinentes a São Paulo, sobre o salário dos colonos (*L’esclavage au Brésil*, p. 48).

[67] Veja-se, a respeito, a análise de PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*, cap. 19 (esp. pp. 200-201).

[68] PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*, pp. 341-342.

[69] COUTY, L. *L’esclavage au Brésil*, pp. 44-50 (as proporções foram extraídas de dados fornecidos nas pp. 48 e 50).

[70] Id., p. 56 (a informação já foi reproduzida aqui literalmente: ver p. 35).

[71] Tal como afirmava Handelman, ao representá-lo como “planta democrática” (veja-se HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, p. 261).

[72] Sobre o assunto, consulte-se o estudo de CARDOSO, F. H. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, no 28, março-abril de 1960. esp. pp. 35-38.

[73] Ao erigir condições de trabalho próprias ao homem livre inerentes à relação contratual (ver esp. COUTY, L. *L’esclavage au Brésil*, loc.cit.; *Le Brésil em 1884*, passim; DÉNIS, P. *Le Brésil*, loc. cit.; HOLANDA, S. B. de. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). *Introdução* a Thomaz DAVATZ, São Paulo, Martins Ed. 1941; PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*, loc. cit.; FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, Parte IV, cap. XXII e XXIV). Também o nível de vida do imigrante contribuiu para difundir novos hábitos de consumo e de produção (ver SIMONSEN, R. C. *Brazil’s industrial evolution*, esp. p. 36).

[74] Veja-se especialmente IANNI, O. Fatores Humanos da Industrialização no Brasil. *Revista Brasiliense*, no 30, pp. 50-66; CAMARGO, J. F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos*

econômicos, esp. parte I – cap. III; parte II – cap. III e p. 264 *et seqs.*; LOWRIE, S. H. *Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo*, esp. p. 30 *et seqs.*; PETRONE, P. As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. *Boletim Paulista de Geografia*, no 14, pp. 26-37; MATOS, O. N. de. “São Paulo no século XIX”. Em: *A cidade de São Paulo*, V. II – cap. II, pp. 66-69; AZEVEDO, S. de A. Imigração e colonização no estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, 1941. Ano VII, v. LXXV, pp. 105-57; MATOS, D. L. de. O parque industrial paulistano. Em: *A cidade de São Paulo*, v. III, cap. I, esp. pp. 11-15; SIMONSEN, R. C. Op. cit.

[75] MALHEIROS, A. M. P. *A escravidão no Brasil*, v. I, pp. 32-33.

[76] Parece dispensável arrolar a rica documentação existente a respeito do assunto. Basta assinalar que, já no fim da escravidão, eram poucos os fazendeiros que acompanhavam, em São Paulo, a suavização das condições de trabalho e a liberalização das oportunidades para formar pecúlio ou constituir família, que surgem nas demais províncias, inclusive no Rio de Janeiro. Só quando não se tornou possível deter o escravo, depois de 1885, é que a maioria dos senhores procura associar a concessão da roça, a liberdade de casamento e certas compensações financeiras ou ocupações adicionais à cláusula da libertação condicional. As fontes de dados mais informativas a respeito são as coleções de *A Província de São Paulo* e, em menor escala, do *Correio Paulistano* (de 1887 em diante), bem como os depoimentos dos abolicionistas. Quanto aos efeitos da organização do trabalho escravo na personalidade do negro e no seu alheamento às exigências da vida econômica e social do homem livre, ver esp. COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*, pp. 72-84.

[77] Os brancos da camada dominante olhavam com ressentimento as manifestações do comportamento do negro ou do mulato porventura imbuídas das “falsas noções de liberdade”; ainda prevalecia o estado de espírito que levou Antônio Prado a exibir a “negra ingratidão [dos ex-escravos] para com os seus ex-senhores” (ver *1o Centenário do conselheiro Antônio da Silva Prado*, p. 23). Eis como um correspondente de Campinas se manifestava sobre o assunto, em carta publicada por *A Província de São Paulo* (23 mar. 1888): “À proporção que a lavoura definha à míngua de braços, as cidades regorgitam de vadios; pelas estradas, de momento a momento encontram-se turmas de robustos ex-escravizados caminhando sem destino; as tabernas das estradas, todos os dias e todas as horas estão repletas desses neófitos da vadiagem, do jogo e da bebedeira”, “Triste verdade! Os ex-cativos, como a maior parte dos caipiras fogem ao trabalho”. (Veja-se, também, *A Província de São Paulo*, “Cartas do Oeste”, 9 abr. 1888; 1 maio 1888, artigo de A. José da Costa Wilk; 15 jul. 1888, correspondência de Caçapava; 23 maio 1888, “Carta a um lavrador”; 27 maio 1888, artigo na Seção Livre; *Correio Paulistano*, editorial sobre “O orçamento da agricultura”, 19 out. 1888). Coube a Max Leclerc a triste tarefa de objetivar literariamente a cantilena dos

antigos proprietários de escravos: “No dia seguinte ao da abolição, os negros desapareceram; para eles a liberdade significava, naturalmente, a liberdade de não fazer coisa alguma e de mudar de ambiente; dirigiram-se para as cidades onde agora vivem, os homens não se sabe como e as mulheres do que facilmente se imagina. Muitos imigraram para as províncias do norte onde o elemento negro predomina, e em São Paulo veem-se hoje poucos negros” (LECLERC, M. *Cartas do Brasil*, p. 82; essas afirmações foram escritas em janeiro de 1890). Descrições de teor equiparável se encontram em TAUNAY, A. de E.. *História do café no Brasil*, v. 7, p. 463, da qual foi extraída a referência às “falsas noções de liberdade”, e em conhecida evocação de Everardo Vallim de Souza (“Reminiscências – Em torno de Antônio Prado”. Em: *1o Centenário do conselheiro Antônio da Silva Prado*, pp. 194-230; trecho extraído da p. 208): “... decretada de afogadilho a ‘Lei 13 de Maio’, seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e à curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram ‘tentar a vida’ nas cidades; tentame aquele que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crime, enfermidade e morte prematura. Dois anos depois do decreto da lei, talvez metade do nosso elemento livre havia já desaparecido!”

Mais compreensivas e objetivas são as opiniões emitidas pelos que simpatizavam com os “libertos”. Sirva-nos de exemplo o seguinte escrito, estampado por *A Redenção* (jornal de Antônio Bento), em 27 jun. 1897, sob o título “Os pretos desaparecem deste estado”:

“Depois da lei de 13 de Maio de 1888, tem-se notado que a raça preta vai desaparecendo aos poucos deste Estado.

Afirmam alguns pessimistas e antigos escravocratas que a raça preta desaparece deste Estado porque, abusando da liberdade e entregando-se ao vício da embriaguês, tem morrido.

Mentira e calúnia contra essa infeliz raça que foi a causa de todas essas riquezas que põem este Estado acima de todos os outros.

O excesso de barbaridade de que usavam os antigos senhores escravos, o horror que essa pobre gente tinha ao café, que, sendo a base de toda a riqueza de seus senhores, era contudo a origem de todos os castigos contra os infelizes escravos, as prepotências das autoridades policiais que entendiam perseguir os libertos, impossibilitando-os a formar família, o desaforo com que os juízes de órfãos arrancavam os filhos dos libertos, mesmo casados, para pô-los como escravos em casa dos antigos senhores, obrigavam os libertos a escolherem outros estados aonde naturalmente encontravam melhores autoridades, melhores patrões e meios mais fáceis de viverem.

Acresce ainda que a maior parte dos escravos vinha das antigas províncias do Norte para ser vendida aqui e nas províncias do Sul.

A barbaridade do comércio fazia com que se separassem os filhos das mães, maridos das mulheres, irmãs de irmãos, e a facilidade de conseguirem a falsificação das matrículas fazia com que tudo isso se tornasse um fato normal, apesar das leis em contrário.

Dada a Lei Áurea que confraternizou todos os brasileiros, entenderam os libertos nortistas partir para os estados de onde tinham vindo à procura não só de seus parentes, como de uma vida superior à que passavam neste estado.

A uberdade e a fertilidade dos terrenos do Norte para os gêneros de primeira necessidade, o pouco trabalho que precisavam para tirar da terra o necessário para viver, vai fazendo com que os libertos do Norte procurem suas antigas pátrias para serem mais felizes do que têm sido aqui.

Acresce ainda que, neste estado, é mais feliz o estrangeiro do que o nacional.

Cada estrangeiro tem o seu cônsul que reclama por qualquer injustiça que possa sofrer, e o brasileiro, especialmente o liberto, não encontra aqui o apoio e a justiça quando pedem.

Está portanto explicada a razão pela qual os libertos vão pouco a pouco desaparecendo deste estado”.

[78] Ver referências contidas nas citações da nota anterior. Veiga Filho estimava em 1/3 a proporção de libertos que abandonavam as fazendas, dispersando-se pelos centros urbanos (ver VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, pp. 61-62). Adiante, o assunto será retomado de maneira sistemática.

[79] Quanto aos estrangeiros, foram excluídos o pequeno número de africanos nos dois censos; doutro lado, por causa de sua pequena significação (e também por ser impossível se presumir a cor da pele dos indivíduos em questão), os 205 e os 490 africanos dos censos de 1886 e 1893, respectivamente, não foram discriminados como “estrangeiros” nos grupos de cor considerados.

[80] O êxito com que o faziam é salientado na brilhante reconstrução de MORSE, R. *De comunidade a metrópole*, pp. 179-191.

[81] Veja-se LOWRIE, S. H. O elemento negro na população de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. Ano IV – v. LXVIII. São Paulo, 1938. esp. pp. 17-18; AMARAL, R. J. do. *O negro na população de São Paulo*, esp. pp. 59-60.

[82] Esse setor já era ponderável ao se encetar o último quartel do século dezenove, como nos mostra o censo de 1872 (ver BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*, pp. 42-46).

[83] Aliás, Rodrigues Alves salientava, em seu relatório de 1888: “Em vários municípios os proprietários agrícolas sobressaltaram-se a cada passo com a fuga em massa de escravos, que, armados, correm as estradas em busca de centros, onde o apoio de uns, a tolerância de outros e a indiferença da maior parte, sem medir o perigo que dessa ilegal aglomeração resulta para todos, dá-lhes a esperança de impunidade” (ver *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da província exmo. sr. dr.*

Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888, p. 7). Sobre os diferentes aspectos do assunto, veja-se, especialmente: dr. ANDRADE, A. M. B. de. *A Abolição em São Paulo*. Depoimento de uma testemunha. *O Estado de S. Paulo*. 13 maio 1918; MORAIS, E. de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, esp. pp. 264-266 e 305 et seqs.; SANTOS, J. M. dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, esp. p. 177 et seqs.; SCHMIDT, A. *A marcha – romance da Abolição*, esp. pp. 122-124, caps. VIII-IX; BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes*, pp. 131-133. Para uma análise sociológica do fenômeno e maiores referências bibliográficas: BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*, p. 46 et seqs., e quanto à análise estatística da distribuição da “população de cor” por áreas urbanas, ver LOWRIE, S. H. art. cit., (esp. a conclusão condensada na p. 54).

[84] É preciso lembrar que o “negro” representava a liberdade como algo tangível e uma reivindicação suprema. Evaristo de Moraes descreve uma situação típica para se compreender isso, embora relativa às lutas abolicionistas: “Já, então, se sabia em São Paulo que os pretos reagiam contra os soldados, gritando: ‘Liberdade ou morte!’ Viva a liberdade! Aqui ninguém se rende. Preferimos morrer!” (op cit., p. 306).

[85] Sobre a crise da cultura popular em São Paulo, vista numa perspectiva histórico-sociológica, ver FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, pp. 27-34.

[86] Artur Ramos aponta alguns aspectos dessa herança cultural, que não chegou a se transplantar de todo para as fazendas de São Paulo, mas pode ser assinalada em vários dos seus componentes (ver *O espírito associativo do negro brasileiro*. *Revista do Arquivo Municipal*. Ano IV – v. XLVII, São Paulo, 1938. pp. 105-126).

[87] VEIGA FILHO, J. P. da. *Estudo econômico e financeiro sobre o estado de São Paulo*, ver informações das pp. 61-62. As referidas medidas foram aplicadas de forma universal, no interior e na capital do estado. Os jornais paulistanos verberavam-nas, quando as ocorrências assumiam o teor de arbitrariedades contra pessoas; mas toleravam-nas ou aprovavam-nas, com exceção de *A Redenção*, quando pareciam relacionadas com o fito de “policiar os costumes”, “manter a moralidade” ou “coibir práticas fetichistas”.

[88] BASTIDE, R. *A macumba paulista*. *Estudos Afro-Brasileiros*, la série. São Paulo, Boletim LIX da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946. pp. 51-112.

[89] Sobre a importância socializadora e integrativa dos cultos mágico-religiosos de origem africana: RIBEIRO, R. *Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social*. Publicação do Instituto Joaquim Nabuco; EDUARDO, O. da C. *The negro in northern Brazil*, caps. V-VI; e HERSKOVITS, M. J. *The Social Organization of the Candomble*, pp. 505-532.

[90] COUTY, L. *L'esclavage au Brésil*, p. 72 (grifado no texto).

[91] RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*, p. 192. Aliás, Evaristo de Moraes informa que os libertos tentavam permanecer, em São Paulo, na mesma localidade, só evitando as fazendas em que tivessem sofrido os “rigores do cativo” (ver *A campanha abolicionista*, p. 308).

[92] Veja-se SAINT-HILAIRE, A. de. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, v. I, pp. 297-298.

[93] Veja-se, especialmente, *A Província de São Paulo*, editorial de 24 jan. 1888; conforme, ainda: *Correio Paulistano*, editorial de 18 jan. 1888; e TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*. v. 8, pp. 177-178.

[94] Veja-se, especialmente, as considerações expendidas em artigo de A. José da Costa Wilk, *A Província de São Paulo*. 1o maio 1888.

[95] Publicação de correspondência de Campinas, na secção livre de *A Província de São Paulo*. 23 mar. 1888.

[96] Veja-se a manifestação da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, aprovada na sessão de 13 mar. 1888 e publicada por *O Correio Paulistano*. 27 abr. 1888.

[97] Eis como Richard M. Morse condensa suas conclusões, confrontando a situação do negro com a do imigrante: “A cidade, entretanto, nem sempre era assim generosa para com os que aí tentavam a fortuna. Os ex-escravos que vinham em grandes quantidades das fazendas habitavam muitas vezes casebres miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços como a coleta de lixo, que os brancos consideravam indignos. Os opositores da emancipação afirmavam que eram principalmente eles que aumentavam o número de alcoólatras, criminosos e vagabundos. Paladinos do liberalismo, por outro lado, negavam que fossem os ex-escravos ou outros brasileiros os parasitas que se propalava” (*De comunidade a metrópole*, pp. 190-191).

[98] As lacunas da documentação histórica sobre a situação econômica e social do negro aconselharam a apelar para os testemunhos dos agentes humanos. O principal informante, sr. José Correia Leite, porém, somente possuía conhecimento pessoal dos anos posteriores ao início do século, relatando ocorrências anteriores com base em lembranças mantidas na tradição oral.

[99] Note-se: o informante em questão é filho de francês e seu pai empregara um negro como lustrador em sua oficina.

[100] A respeito do assunto, vejam-se também os dados fornecidos por BRUNO, E. da S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. esp. pp. 1.134, 1.137, 1.139, 1.141, 1.146 e 1.175.

[101] Aliás, a gradual expansão do trabalho livre, em conexão e como produto da crise na renovação da mão de obra escrava, fez com que o trabalhador europeu se encarregasse, antes da Abolição, de inúmeras

atribuições do liberto. Isso mostra que a proteção ao liberto, como efeito do paternalismo tradicionalista, prendia-se à falta de outras alternativas (vejam-se sobre o assunto especialmente as indicações de MALHEIROS, A. M. P. *A escravidão no Brasil*, pp. 187-191).

[102] No interior foi pior, pois o desrespeito pelo negro assumiu aspectos bem mais dolorosos. *A Redenção*, na frente da oposição a esses comportamentos, denunciou o que fez um delegado em Itu: prendia as negras que andassem bem-vestidas e penteadas, levava-as à cadeia para lhes raspar a cabeça e depois lhes aplicava bolos. Também sumaria quatro casos de linchamento (ver *A Redenção*. 13 maio 1897). O noticiário dos jornais relatava, aqui ou ali, algumas proezas desse tipo. Os seguintes exemplos dão bem uma ideia do que se fazia: em Piracicaba, “as autoridades da Vila de São Pedro deram ordem às praças de polícia de não consentirem pretos à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fossem consentidos na vila até o meio-dia. [...] Chamamos para o revoltante abuso a atenção dos poderes competentes” (*A Província de São Paulo*. 2 jun. 1888); telegrama de Casa Branca: “Delegado Francisco Nogueira ameaça com prisão os pretos que vierem à festa da libertação no próximo domingo. Peço providências enérgicas” (5 jun. 1888); notícia procedente de Mogi-Mirim: “Informam-nos que, em dias da passada semana, na rua do Coronel Guedes, diversas crianças, filhas de libertos, corriam espavoridas atrás das mães, fugindo a indivíduos que pretendiam agarrá-las e conduzi-las à pessoa que requereu a sua tutela. Isto precisa de paradeiro. Consta-nos que um caridoso negociante daquela rua ocultou os fugitivos” (*A Província de São Paulo*. 7 jul. 1888); em Campinas: “O liberto Leandro, empregado na fazenda da exma. sra. dona Maria Doque, queixou-se à autoridade policial que tendo ido de manhã em um trole, com dois companheiros e por ordem de seus patrões à fazenda pertencente ao exmo. sr. barão de Ibatinga, a fim de trazer duas famílias de libertos da mesma fazenda, que queriam empregar-se junto dele, fora chamado a uma sala e dentro dela espancado. Por causa dos seus gritos abriram a porta e então ele fugiu, sempre perseguido de perto, fugindo também os seus dois companheiros ao verem o que lhe acontecia” (*A Província de São Paulo*, 24 jul. 1888); também de Campinas: “Conta o *Correio* que, anteontem, um homem de cor parda foi participar à polícia que um fazendeiro de nome Escobar, nas imediações de Valinhos, retinha em sua fazenda a mulher do queixoso, antiga escrava de Escobar” (*A Província de São Paulo*. 25 ago. 1888). Esses exemplos mostram a variedade dos comportamentos que evidenciavam resistência aberta à aceitação da liberdade e dos direitos decorrentes dos libertos.

[103] Profa Sofia Campos Teixeira; o rico material fornecido será aproveitado adiante, na descrição dos estereótipos e sua objetivação social.

[104] Número de 13 maio 1897.

[105] *A Redenção*, 18 jul. 1897; palavra grifada no texto e transcrita na grafia original.

- [106] *A Redenção*, 29 ago. 1897.
- [107] *A Redenção*. 13 maio 1898.
- [108] Edição de 30 abr. 1892 (apud MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole*, p. 191).
- [109] Sobre essas iniciativas, ver especialmente: *A Redenção*, 13 maio 1897; *A Província de São Paulo*, 9 maio 1888, 12 maio 1888, 8 jul. 1888, 14 ago. 1888 e 5 dez. 1888.
- [110] Ou seja, sem outros planos de amparo material e moral que secundassem a escolarização e permitissem acelerar o processo de integração do negro ao regime de classes.
- [111] A palavra “liberdade” vinha cheia de sentido no contexto de suas explicações. Denotava a imensa gama de possibilidades de alguém que se afirmava pela vontade de não fazer o que quisesse. Por isso, recorremos ao artifício de grifá-la.
- [112] Aliás, este ponto é importantíssimo. Para dispor ao máximo de recursos a serem aplicados na “solução dos problemas da lavoura”, ou seja, na intensificação das correntes imigratórias, aqueles círculos não tiveram dúvidas em sacrificar os interesses das camadas dominantes nas reparações. Com isso, saíram perdendo apenas os fazendeiros ou lavradores de zonas menos prósperas ou decadentes de São Paulo e do Brasil.
- [113] Depoimento feito em público pela profa Sofia Campos Teixeira. Todos os autores dos depoimentos registrados a seguir tiveram oportunidade de conhecer, no mínimo pelo convívio direto com os mais velhos, as condições da transição enfrentadas pelos “libertos” em São Paulo.
- [114] Excerto extraído do depoimento, feito em público, pelo dr. Francisco Lucrécio.
- [115] Feito de público, pelo dr. Raul Joviano do Amaral.
- [116] Depoimento do sr. Nestor Borges feito em público.
- [117] Presumivelmente, esse documento foi escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual jovem do “meio negro”, que morreu prematuramente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa. Aparecem como signatários do documento: Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedicto Armando Costa, dr. Raul Amaral (candidato a deputado estadual), Sofia Campos Teixeira, Hermínio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira, Jorge Prado Teixeira e as seguintes associações: Associação José do Patrocínio, Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elísios, Evoluídos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios (Cambuci), Irmandade de São Benedito (Vila Santa Isabel), Clube Negro de Cultura Social, Organização “Novo Horizonte”, Centro de Cultura Luís Gama, União das Escolas de Samba e Extra-Ribeirão Preto.
- [118] Veja-se editorial de *Alvorada*, edição comemorativa da Proclamação da República, São Paulo, novembro de 1945.
- [119] Sobre a significação do 13 de Maio na coletividade negra paulistana, ver esp.: LEITE, J. C. A nova abolição. *Alvorada*. São Paulo, 13 maio 1946 e Nosso ideal de liberdade. *Alvorada*. São Paulo, 13 maio 1947; e, também, editorial sobre O 13 de maio no Brasil. *A Voz do Bom Retiro*. São Paulo. Ano I, no 41.
- [120] OLIVEIRA, J. da S. Situação do preto no Brasil. *A Voz do Bom Retiro*. São Paulo, 15 de abril de 1956.
- [121] Excertos do “Manifesto à gente negra brasileira”. Arlindo Veiga dos Santos, presidente-geral da *Frente Negra Brasileira*, folheto, 2 dez. 1931, p. 4.
- [122] Trecho extraído do folheto *Frente Negra Brasileira*. Suas finalidades e obras realizadas, s. d., p. 3.
- [123] Ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, por exemplo, onde o regime de castas permanece incrustado no sistema de classes em expansão. É claro que a perpetuação do “antigo regime” através do coronelismo não possui a mesma significação, envolvendo apenas a persistência de traços essenciais da dominação patrimonialista e da esfera estamental da sociedade escravocrata brasileira. Além disso, onde a mudança se acelera, é mais aleatório.
- [124] Veja-se a respeito, BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*, pp. 59-68.
- [125] Sr. José Correia Leite; o trecho citado foi extraído de um estudo de caso, elaborado por Renato Jardim Moreira com base nas informações fornecidas pelo sr. José Correia Leite (*Movimentos sociais no meio negro*, M. S., p. 14, nota 1).
- [126] O informante se refere ao jornal do meio negro *O Clarim da Alvorada*, de que era um dos principais animadores.
- [127] Sobre os padrões de composição e de crescimento demográficos na cidade de São Paulo, ver esp. ARAÚJO FILHO, J. R. In: *A cidade de São Paulo*, A população paulistana. v. II.
- [128] Consulte-se, especialmente, O elemento negro na população de São Paulo, Op. cit., pp. 16-18, 21-27 e 53-54.
- [129] Id., citações extraídas das pp. 22 e 54.
- [130] Veja-se VIANA, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil*. v. I, pp. 161-162.
- [131] ELLIS JR., A. *Populações paulistas* (citação extraída da p. 100). Ver também, do mesmo autor, *Pedras lascadas*. São Paulo, Ed. Piratininga, 2a ed., 1933. pp. 194-206.
- [132] Id. *Populações paulistas*, p. 107.
- [133] Infelizmente, A. Ellis Jr. se limitou aos dados sobre a incidência da tuberculose em 1929 e às ligações da doença com fatores externos ou biológicos que são meramente conjecturais (ver op. cit., pp. 114-116).
- [134] Vejam-se os dados coligidos no Quadro 7, pelo coronel dr. Arthur Lobo da Silva, “A antropologia no